

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 015/2021
Data: 26/01/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
PORTO DE SANTOS TERÁ NOVO SISTEMA DIGITAL.....	3
PORTO DO PECÉM BATE RECORDE DE CONTÊINERES	4
GUARUJÁ PRETENDE AMPLIAR ÁREA PORTUÁRIA	4
PORTAL PORTO GENTE	6
PRESENTE DE NIVER PARA SANTOS E O PORTO: LIGAÇÃO SECA EFICIENTE ENTRE AS DUAS MARGENS	6
ISTOÉ - DINHEIRO	7
GOVERNO FEDERAL APROVA AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA 196 MIL PESSOAS.....	7
'ESTADO DE GUERRA' PODE VOLTAR SE PANDEMIA AVANÇAR, DIZ GUEDES	8
BNDES FIRMA ACORDOS COM 6 ESTADOS PARA PRIVATIZAR 26 PARQUES DE CONSERVAÇÃO.....	9
GOVERNO DE SP REALIZA LEILÃO DE R\$ 18 MI EM CRÉDITOS DE ICMS EM 1º DE FEVEREIRO	10
EXTRA ONLINE	11
SERVIDORES DO DEGASE FAZEM MANIFESTAÇÃO NESTA QUARTA-FEIRA	11
SE PANDEMIA SE AGRAVAR, SERVIDOR FICARÁ SEM AUMENTO POR DOIS ANOS, DIZ GUEDES	11
AUXÍLIO EMERGENCIAL: GUEDES DIZ QUE SÓ PRORROGA BENEFÍCIO COM CONGELAMENTO DE VERBAS PARA EDUCAÇÃO E SEGURANÇA	12
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	13
EUA VÃO ELEVAR "SIGNIFICATIVAMENTE" O FINANCIAMENTO DE PROJETOS CLIMÁTICOS, DIZ JOHN KERRY.....	13
SHELL NEGOCIA 2,5 BI DE LITROS DE BIOCOMBUSTÍVEIS COM ECB GROUP.....	15
PETROBRAS ELEGE RODRIGO LIMA E SILVA NOVO DIRETOR DE REFINO E GÁS NATURAL	16
PAÍSES DEVEM SE UNIR PARA CRIAR MERCADO EFICIENTE PARA HIDROGÊNIO VERDE, DIZ MINISTRO ALEMÃO	16
JORNAL O GLOBO – RJ	17
BNDES FIRMA CONTRATO PARA CONCEDER JALAPÃO, ÍBITIPOCA E OUTROS 24 PARQUES NATURAIS À INICIATIVA PRIVADA	17
PREFEITURA PREPARA PACOTE DE MUDANÇAS PARA DAR AO CENTRO DO RIO ARES DE BAIRRO RESIDENCIAL; ENTENDA	19
LINHA AMARELA: PREFEITURA VAI NEGOCIAR RETOMADA DE PEDÁGIO EM VALOR MENOR, DIZ SECRETÁRIA DE TRANSPORTES.....	21
APÓS PEDIDO DE DEMISSÃO DO PRESIDENTE DA ELETROBRAS, BOLSONARO DIZ QUE VAI 'ACELERAR' PRIVATIZAÇÕES	24
FMI MELHORA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL E DO MUNDO EM 2021, COM VACINA E ESTÍMULOS	25
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	26
IMPASSE SOBRE ACÚMULO DE ÁGUA POR BELO MONTE DIVIDE GOVERNO	26
A INVESTIDORES, BOLSONARO FAZ DEFESA DO TETO DE GASTOS, DA AGENDA DE PRIVATIZAÇÕES E DE REFORMAS	28
VAGA NA ELETROBRAS ABRE DISPUTA NO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E PODE DEFINIR FUTURO DA ESTATAL	29
'O ESTABLISHMENT NÃO QUER AS PRIVATIZAÇÕES', DIZ SALIM MATTAR	30
VALOR ECONÔMICO (SP)	33
CONSUMO DA ENERGISA CRESCE 5,4% EM DEZEMBRO, NA COMPARAÇÃO ANUAL.....	33
APÓS NEGÓCIO COM BP, ECB ACERTA VENDA DE DIESEL "VERDE" À SHELL	33
ALEMANHA: CONFIANÇA DE EXPORTADORES SOBE DE 1,9 PARA 6,0 PONTOS EM JANEIRO	34
AGÊNCIA SENADO - DF	34
ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DO CONGRESSO SERÁ DIA 3 DE FEVEREIRO	34
Porto de Vitória- CODESA - Autoridade Portuária	35
APÓS TRÊS ANOS COM DÉFICIT, A COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO (CODESA) FECHA 2020 COM SUPERÁVIT.....	35
PORTAL PORTOS E NAVIOS	35
DESMANTELAMENTO DE PLATAFORMAS NO BRASIL AINDA GERA INCERTEZAS	35
MAIS DE 300 EMPRESAS ASSINAM A 'DECLARAÇÃO DE NETUNO' PARA FACILITAR A MUDANÇA DE TRIPULAÇÃO	37
HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES PLANEJA IPO PARA INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA VERDE	38
MAN FORNECERÁ MOTORES PARA NOVAS CONSTRUÇÕES MOVIDAS A GNL DA HAPAG-LLOYD	38
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	39
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	39



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS TERÁ NOVO SISTEMA DIGITAL

Ministérios preparam integração entre o Porto Sem Papel e o Portal Único de Comércio Exterior, criando a Janela Única Aquaviária

Por Fernanda Balbino - Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.63369:1565718165/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=fafdaed&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.63369:1565718165/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=fafdaed&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Projeto do Governo Federal ainda está em elaboração (Foto: Divulgação/Governo do Brasil)

Papel (PSP), administrado pelo Ministério da Infraestrutura, e o Portal Único de Comércio Exterior (Pucomex), sob a responsabilidade da Receita Federal. Os dois serão reunidos na Janela Única Aquaviária (JUA). Ainda não há prazo para o novo programa entrar em vigor.

Segundo a pasta da Infraestrutura, a unificação dos sistemas terá um impacto positivo na logística dos portos, aumentando a competitividade do Brasil no setor e desburocratizando processos. Com a JUA, a expectativa, é evitar redundâncias de informações e, assim, o retrabalho de usuários.

O projeto ainda está em elaboração. Na semana passada, foi anunciada a criação do grupo de trabalho conjunto que irá detalhar o planejamento de implementação. Também foram definidos os participantes dessa equipe e, ainda, discutidas as diretrizes de atuação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), braço tecnológico que opera e desenvolve os dois sistemas e que irá operacionalizar a integração.

De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, a Janela Única Aquaviária vai tratar dos procedimentos de segurança e controle da navegação e atracação dos navios nos portos.

“Os projetos Pucomex e Porto Sem Papel iniciaram seus respectivos desenvolvimentos por volta de 2013 e foram criados em versões iniciais de forma isolada, mas sempre se soube que esses dois sistemas teriam de ser integrados no futuro, o que foi finalmente anunciado na semana passada pelo Minfra e pela Receita Federal, com a participação do Serpro. Com essa integração, o Porto Sem Papel passa ser tratado tecnicamente como um dos módulos do Pucomex e, devido a essa nova arquitetura, passará a ser visto como uma verdadeira Janela Única Aquaviária”, disse Caputo.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, tomou conhecimento do projeto da Janela Única Aquaviária em reuniões com autoridades federais. Para ele, a medida é uma oportunidade de se reduzir o trâmite físico de documentos, o que já era previsto no Porto Sem Papel, mas não chegou a virar realidade.

“A racionalização e a harmonização de dados do comércio exterior são importantes para a logística e redução de custos”, destacou o presidente da Fenop.

Para o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, qualquer iniciativa que simplifique o processo é bem-vinda. “Pleiteamos um acesso para imputar informações. É esse o modelo que precisamos. Hoje, o que temos é retrabalho”.

Impacto

Para representantes do Ministério da Infraestrutura, a unificação do Porto Sem Papel e do Portal Único de Comércio Exterior vai ajudar o setor. “(A unificação) irá facilitar a vida das empresas que movimentam a economia brasileira”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, acrescentou que o projeto se integra a outras iniciativas da pasta. “Este projeto gerará maior eficiência para realização das operações portuárias, em conjunto com outras iniciativas para modernização e transformação digital nos portos brasileiros”.

Webinar Porto & Mar 2021

Os projetos do Governo Federal para os portos, como a desestatização do Porto de Santos e a Janela Única Aquaviária, serão debatidos pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, no primeiro programa da nova temporada do Webinar Porto & Mar, que será transmitido ao vivo nesta quinta-feira (28), às 15 horas, pela página do Facebook do Grupo Tribuna e pelo canal do Youtube do Jornal A Tribuna.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 26/01/2021

PORTO DO PECÉM BATE RECORDE DE CONTÊINERES

Número de 2020 foi o melhor desde a inauguração do Porto, em 2002

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.139760:1611590236/Complexo-do-Pecem.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=7f60f9d&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.139760:1611590236/Complexo-do-Pecem.jpg?f=2x1&pf=7f60f9d&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Porto do Pecém bate recorde de contêineres (Foto: Divulgação)

Com 4.818.581 toneladas movimentadas no ano passado, o Porto de Pecém, no litoral oeste do Ceará, bateu recorde de operação de contêineres. Esse tipo de carga registrou

uma participação de 30% no índice de natureza de carga em toneladas. O número é o melhor registro anual desde que o complexo marítimo foi inaugurado, em 2002.

Em 2020, a movimentação de contêineres registrou um aumento de 11% em TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) em relação a 2019. Em números brutos, 377.726 TEU foram movimentados no Porto do Pecém no ano passado. A maior marca mensal foi obtida em outubro, quando suas instalações embarcaram ou desembarcaram 46.002 TEU.

Já as operações de cabotagem (o transporte marítimo de cargas pela costa) em Pecém tiveram um crescimento de 7% em relação a 2019, com 328.086 TEU movimentados. No longo curso, a alta foi de 47%.

Quanto ao sentido das cargas containerizada, o embarque de contêineres somou 2.466,444 toneladas e o desembarque, 2.352,137 toneladas. Entre as principais mercadorias transportadas nos contentores, estão cereais, sal, enxofre, terra e pedras, gesso, cal, cimento, frutas e alumínio

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 26/01/2021

GUARUJÁ PRETENDE AMPLIAR ÁREA PORTUÁRIA

Plano envolve remoção de famílias

Por Fernanda Balbino - Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.139755:1611589746/Margem-Esquerda-Porto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=73930b7&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.139755:1611589746/Margem-Esquerda-Porto.JPG?f=2x1&pf=73930b7&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Margem Esquerda do Porto, em Guarujá (Foto: Carlos Nogueira)

pelos veículos de carga na Cidade. Estas são as prioridades do diretor de Desenvolvimento Portuário e Logístico, da Prefeitura de Guarujá, Jairo de Almeida Lima Neto.

O executivo ainda espera superar a marca dos R\$ 95 milhões arrecadados com serviços portuários no município neste ano.

Lima Neto atua no departamento que tem o olhar mais atento às atividades do complexo marítimo na Cidade. A diretoria faz parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá, que está sob o comando de Rogério Rudge.

“Em 2021, a expectativa é de, pelo menos, manter a arrecadação. Sabemos que não haverá um aumento significativo na atividade portuária, mas esse recurso é importante, principalmente em um momento em que interrupções no comércio geram queda de arrecadação”, destacou Lima Neto.

Segundo o executivo, os nove terminais do Município respondem por cerca de 35% da movimentação do Porto, que somou 146,5 milhões de toneladas no ano passado. “Isto significa que entre 51 milhões e 55 milhões de toneladas foram movimentadas em Guarujá e ainda contamos com diversos investimentos privados, que garantem aumento de produtividade nos terminais”, afirmou.

Sobre os investimentos públicos, Guarujá aposta na assinatura de um convênio para que a Autoridade Portuária de Santos (APS), viabilize a remoção de cerca de 1.600 famílias que vivem na área de Prainha, em Vicente de Carvalho, na Margem Esquerda do complexo.

Segundo o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, aquela região será destinada à expansão portuária. A ideia é impulsionar a movimentação de carga geral no local.

Segundo Lima Neto, o acordo está 70% “costurado”. No entanto, ele não revelou o valor do repasse da estatal que administra o complexo marítimo. Até agora, apenas 500 famílias deixaram o local e foram para o conjunto habitacional Parque da Montanha.

A Prefeitura de Guarujá também pretende incentivar a operação de terminais retroportuários no município. Para isso, mapeou 4,5 milhões de metros quadrados de propriedade privada que podem ser utilizados com esse foco.

“Vamos tentar buscar investidores para conversar com os proprietários”, afirmou o diretor de Desenvolvimento Portuário e Logístico de Guarujá.

Sistema Viário

Neste ano, as atenções também estão voltadas para a possibilidade da retomada das obras da Avenida Perimetral da Margem Esquerda. O empreendimento, financiado pela Autoridade Portuária de Santos, ligará a Rodovia Cônego Domênico Rangoni ao Porto. E tem como objetivo melhorar tanto o tráfego portuário quanto o urbano.

Serão cerca de 30 mil metros quadrados de construção, englobando a própria avenida, viadutos sobre a rodovia e a Avenida Santos Dumont e acessibilidades, como calçadas e passarela para pedestres e ciclovia. “Com a Perimetral, vamos conseguir segregar definitivamente o fluxo da cidade e o portuário”, afirmou o diretor.

Estacionamento

Outra demanda antiga de moradores de Guarujá é a oferta de locais para estacionamento de caminhões. Neste caso, a administração municipal espera a indicação de um local que a Autoridade Portuária de Santos deve disponibilizar.

“É possível que seja uma área da União na região de Conceiçãozinha. Esta pode ser a primeira área de Guarujá para estacionamento, principalmente, dos moradores do município”, afirmou Lima Neto.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

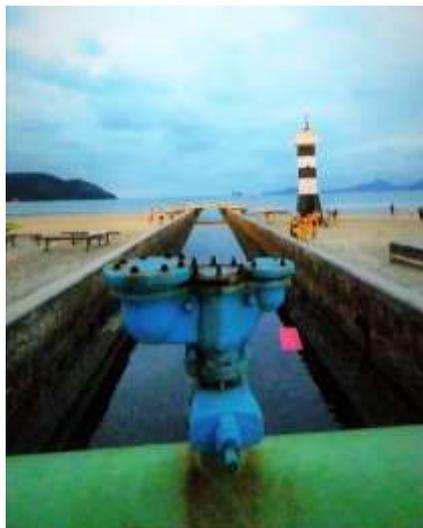
Data : 26/01/2021



PORTAL PORTO GENTE

PRESENTE DE NIVER PARA SANTOS E O PORTO: LIGAÇÃO SECA EFICIENTE ENTRE AS DUAS MARGENS

Por Márcia Costa*



São 129 anos do Porto de Santos e 100 anos à espera da ligação seca. E neste 475º aniversário de Santos um novo ciclo é aguardado com a promessa da realização da ligação seca. Nos planos para este novo ano, as prefeituras de Santos e Guarujá e a Autoridade Portuária de Santos citam a necessidade de finalmente ser realizado o projeto. Apesar de já haver um importante debate sobre a importância de uma ligação seca que seja efetiva tanto para o Porto quanto para a população, a Assembleia Legislativa de São Paulo tratou de garantir verba via emenda orçamentária somente para os estudos da ponte, e não para a ligação seca (ponte ou túnel).

https://portogente.com.br/images/350_foco_no_mar.jpg

"É preciso encaminhar com sabedoria os rumos da ligação seca."

Crédito: Márcia Costa.

Continua, ao que parece, a necessidade de se aprofundar o debate sobre os dois projetos - ponte e túnel - e popularizá-lo, para além dos gabinetes. A Prefeitura de Santos defende a realização das duas obras, ponte e túnel. O prefeito Rogério Santos (PSDB) tem citado a importância da desestatização e da implantação da ligação seca - tanto por ponte quanto por túnel. Segundo ele, a ponte serve mais ao Porto e ao desenvolvimento da região da Área continental, enquanto o túnel é fundamental pois, “cada vez que passa um navio, a balsa para”, afirmou ele à imprensa. Rogério Santos vê “o governo federal com boa vontade para fazer o túnel, enquanto o governo do Estado se movimenta na questão da ponte”.

Já o prefeito de Guarujá, Valter Súman, reeleito, reforçou a necessidade do túnel para diminuir o gargalo da movimentação de veículos na travessia do distrito de Vicente de Carvalho a Santos e também das balsas Santos-Guarujá.

Emenda pró-ponte

O deputado Wellington Moura (Republicanos) aprovou uma emenda que destina R\$ 1 milhão para os estudos de viabilidade da ponte Santos Guarujá. A pandemia e os entraves na relação entre o governo do Estado e o governo federal, no entanto, podem dificultar a realização dos estudos sobre o projeto, conforme avalia o próprio gabinete do deputado. O governo tem um ano para empregar a verba.

Os estudos sobre a ponte têm como finalidade definir o modelo de Parceria Público-Privada (PPB), de forma que ele se torne atrativo para os investidores. Os estudos de viabilidade financeira e de modelagem são necessários para ajudar a fazer o projeto sair do papel, já que o governo estadual não quer construir por ele mesmo a ponte, mas via PPP. Segundo o gabinete do deputado, a Secretaria de Logística e Transportes necessita deste recurso para iniciar o estudo para validar a abertura de propostas e realizar a PPP. Cabe à Secretaria definir se abrirá o projeto à participação de outras empresas, além da Ecovias, e se haverá processo de licitação.

A emenda pró-ponte foi aprovada no fim do ano por todos os 94 deputados, incluindo os políticos representantes da Baixada Santista. Até o final da sua gestão o governador Dória quer ver a ponte sair do papel, mas o projeto não havia cumprido, até então, as exigências do Ministério da Infraestrutura e da Autoridade Portuária, de forma a garantir a navegabilidade do Porto e não ameaçar a expansão de área de desenvolvimento do complexo portuário.

A Secretaria de Logística e Transportes afirma que o novo projeto da ponte ainda precisa ser aprovado pelo Ministério da Infraestrutura e, portanto, a liberação da verba via emenda orçamentária não tem impacto sobre o cronograma da obra. Sobre o fato de o valor da emenda não ter sido destinado ao estudo para a questão da ligação seca (ponte ou túnel), a Secretaria informou que a decisão de coube ao parlamentar que, por sua vez, informou que a emenda buscou atender a uma necessidade da Secretaria para que o projeto da ponte tivesse continuidade.

O compromisso da melhor decisão

Quais os reais benefícios de cada projeto? Ponte e túnel poderiam coexistir? Para o Porto, a única proposta que não afeta a navegabilidade do Porto e sua expansão é o túnel. O governo do Estado garante que o novo projeto da ponte também dá essa garantia, mas não liberou o projeto publicamente para consulta. A população também precisa conhecer melhor o novo projeto do túnel. E como obter uma avaliação técnica dos projetos para além dos interesses políticos?

O Capitão de Mar e Guerra, Marcelo de Oliveira Sá, já citou a importância de a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) avaliar os projetos da ligação seca, enquanto Sérgio Aquino, presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), indicou a necessidade de se discutir a ligação em termos técnicos, no Conselho da Autoridade Portuária (CAP), onde governos e representantes do setor portuário estão presentes.

Os dois projetos – do túnel e da ponte – receberam alterações importantes nos últimos meses. Mas continua faltando, portanto, um estudo e um debate sério, aprofundado e aberto, com especialistas e com a população, que apresente e compare os dois projetos atualizados e mostre os benefícios reais de cada um deles para as cidades e para o Porto. Para além dos gabinetes políticos, para além do Porto, é preciso apresentar as duas propostas à população e ouvi-la, já que ela pagará para ser usuária do modal escolhido.

Marcia editada* Jornalista, fotógrafa, pesquisadora, docente, pós-doutora em Comunicação e Cultura e diretora da Cais das Letras Comunicação. Contato: marciacosta@portogente.com.br

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 26/01/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

GOVERNO FEDERAL APROVA AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA 196 MIL PESSOAS

Governo federal vai pagar, na próxima quinta-feira (28), mais de R\$ 248 milhões de auxílio emergencial para 196 mil pessoas

A portaria do Ministério da Cidadania foi publicada hoje (26) no Diário Oficial da União, após análise das contestações e revisões decorrentes de atualizações de dados governamentais.

O grupo de beneficiários inclui cerca de 191 mil pessoas que contestaram a suspensão do benefício no site da Dataprev, entre 7 e 16 de novembro e entre 13 e 31 de dezembro de 2020.

Outras cinco mil pessoas que tiveram os pagamentos reavaliados em janeiro de 2021 também estão no grupo. Eles receberão de uma só vez todas as parcelas a que têm direito.

De acordo com o ministério, entre as 196 mil pessoas, há 8,3 mil que receberão a segunda, a terceira, a quarta e a quinta parcelas do Auxílio Emergencial. Outras 40,9 mil pessoas receberão as três últimas parcelas.

Uma terceira faixa, de quase 68,1 mil cidadãos, receberá a quarta e a quinta parcelas. Por último, 78,3 mil vão embolsar somente a quinta parcela.

Os recursos serão depositados na poupança social digital da Caixa e já estarão disponíveis no dia 28, tanto para movimentação por meio do aplicativo Caixa Tem, quanto para saques e transferências para outros bancos.

Compras pela internet

Com o Caixa Tem é possível fazer compras na internet e nas maquininhas em diversos estabelecimentos comerciais, por meio do cartão de débito virtual e QR Code.

O beneficiário também pode pagar boletos e contas, como água e telefone, pelo próprio aplicativo ou nas casas lotéricas, e transferir os recursos sem o pagamento de tarifas.

Para o saque em espécie, é preciso fazer o login no aplicativo Caixa Tem, selecionar a opção “saque sem cartão” e “gerar código de saque”.

Depois, o trabalhador deve inserir a senha para visualizar o código de saque na tela do celular, com validade de uma hora. Esse código deve ser utilizado para a retirada do dinheiro, que pode ser feita nas lotéricas, correspondentes Caixa Aqui ou mesmo nas agências.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 26/01/2021

‘ESTADO DE GUERRA’ PODE VOLTAR SE PANDEMIA AVANÇAR, DIZ GUEDES



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2021/01/guedes-rgb-2-418x235.jpg>

Crédito: Arquivo/Agência Brasil

Governo pode retomar os programas de socorro, caso haja o entendimento de que o número de mortes por covid-19 continuará acima de mil por dia, diz Guedes (Crédito: Arquivo/Agência Brasil)

Pressionado a relançar o auxílio emergencial para dar assistência a famílias vulneráveis, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira, 26, que o governo pode retomar os programas de socorro, caso haja o entendimento de que o número de mortes por covid-19 continuará acima de mil por dia e a vacinação pode atrasar. Nessa situação, o ministro disse que será declarado novamente “estado de guerra”. Mas ele alertou que essas medidas precisarão vir acompanhadas de ações para conter gastos e ajudar a “pagar a conta” dessa batalha.

“Se a pandemia se agrava e continua 1.500 mortes por dia, a vacina não chega e falhamos miseravelmente, mas não acredito nisso... Mas caso o pior aconteça, temos protocolo da crise,

aperfeiçoado agora”, afirmou Guedes em evento do Credit Suisse. “Se disser que pandemia está realmente assolando o Brasil de novo, você vai declarar estado de guerra, como a gente declarou no ano passado.”

O ministro citou diferentes referências, em termos de número de mortes diárias por covid-19, para deflagrar o estado de guerra. Os números ditos pelo ministro ficaram entre 1 mil e 1,5 mil óbitos por dia.

No Brasil, o recorde de número de mortes por covid-19 foi registrado em 4 de agosto de 2020, com 1.394 óbitos. O segundo maior número foi em 8 de janeiro deste ano, com 1.379 mortes. Até agora, a doença já causou a morte de mais de 217 mil pessoas no País.

Segundo Guedes, o estado de guerra inclui medidas de ajuda, mas contempla também uma série de iniciativas para conter despesas. “Estado de guerra é não ter reajuste pro funcionalismo por dois anos, (ter) pisos bloqueados, acabou essa coisa de subir automaticamente”, disse ele, sem especificar a quais mínimos se referia. Na PEC do Pacto Federativo, o governo já chegou a propor a desvinculação de pisos de gastos em saúde e educação. “Tem que fazer o 3D (desindexação, desvinculação, desobrigação)”, acrescentou.

O ministro ponderou que, apesar da possibilidade de retomar as ajudas, é preciso haver contrapartida para equilibrar as contas, uma vez que o País já elevou drasticamente sua dívida no ano passado para bancar as despesas de combate à pandemia. Na projeção do ministro, a dívida terminou 2020 em 90% do PIB.

“A classe política tem que assumir responsabilidade pelo orçamento. Se classe política apertar botão vermelho da emergência, não é pegar dinheiro e sair correndo. Tem que pagar o custo da guerra (adotando medidas)”, afirmou.

Guedes comparou o excesso de gastos, sem contrapartidas de ajuste, a uma bomba atômica. “Vai ter tragédia para todo lado”, disse. “Se apertar o botão ali (da emergência), vai ter que travar o resto todo”, resumiu o ministro.

Apesar de admitir a possibilidade de um novo estado de guerra, Guedes disse “esperar o melhor”, com vacinação em massa e queda no número de mortes. Ele chamou o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de “especialista em logística” e citou o exemplo de Israel, que vacinou os idosos e vê agora uma queda significativa no número de óbitos por covid-19.

“Se focalizarmos nos próximos 2 meses vacinação nos idosos, a coisa desce. Se não for o caso, porque vacinação não anda ou mortes estão acima de 1 mil, já existe protocolo”, disse Guedes.

Ele citou ainda a “cláusula de calamidade pública” na PEC do Pacto Federativo, para um caso mais agudo do que o de uma emergência. “O presidente Bolsonaro vai deixar um legado para esse tipo de crise. Agora, é um botão nuclear. Quando está em guerra, não é só receber armamento, tem que pagar pelo armamento”, afirmou.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 26/01/2021

BNDES FIRMA ACORDOS COM 6 ESTADOS PARA PRIVATIZAR 26 PARQUES DE CONSERVAÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmou acordos com seis Estados para preparar a concessão à iniciativa privada de 26 parques de conservação, informou a instituição de fomento em nota divulgada nesta terça-feira, 26.

No total, o BNDES mapeou, ainda em 2020, em torno de 100 unidades de conservação, entre federais e estaduais, com potencial de serem concedidas. Em outubro passado, o presidente do

BNDES, Gustavo Montezano, informou ao Estadão/Broadcast que o plano para 2021 era chegar ao fim deste ano com “dezenas” de parques prontos para serem concedidos, com foco no turismo.

Os seis Estados que firmaram parcerias no fim do ano passado são Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins. O acordo para modelar a concessão de sete unidades em Minas Gerais, incluindo os parques de Serra do Rola Moça e Ibitipoca, já havia sido anunciado em dezembro. Em Tocantins, o destaque é o Parque Estadual do Jalapão, que já estava no radar em outubro.

As licitações começarão pelos parques nacionais do Iguaçu (PR), de Jericoacoara (CE) e dos Lençóis Maranhenses (MA), incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND) em dezembro de 2019. Essas concessões já estavam sendo desenhadas pelo BNDES em outubro do ano passado, quando Montezano anunciou o mapeamento de 100 unidades.

As cerca de 100 unidades foram mapeadas levando em conta parques que já possuem plano de manejo e estão com a situação fundiária regularizada e, ao mesmo tempo, estão localizados num raio de duas horas de viagem de algum aeroporto.

O BNDES anunciou ainda uma parceria com o Instituto Semeia, que financiará, junto com outros parceiros privados, um estudo setorial.

O instituto também atuará na “interlocução com potenciais investidores, como operadores de parques atuais, além de capacitar agentes públicos para a gestão futura dos contratos de concessão”, diz a nota divulgada pelo BNDES.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 26/01/2021

GOVERNO DE SP REALIZA LEILÃO DE R\$ 18 MI EM CRÉDITOS DE ICMS EM 1º DE FEVEREIRO

São Paulo, 26 – O Governo do Estado de São Paulo, por meio do Banco Desenvolve SP, realizará, na próxima semana, mais um leilão de créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). O certame eletrônico acontecerá na segunda-feira, 1º de fevereiro, e ofertará 100 cotas que somam cerca de R\$ 18 milhões em créditos.

O Desenvolve SP considera o leilão “uma oportunidade de redução de despesas com impostos para as empresas”.

Os créditos do imposto para instituições avícolas que utilizaram o ICMS como garantia de financiamento e não quitaram o pagamento será aplicado para cobrir os débitos leiloados, com deságio inicial de 7,9%. Dessa forma, a dívida dos avicultores é saldada e há benefício para as empresas que arremataram as cotas leiloadas.

“Esse é um modelo inovador que encontramos para incentivar, ainda mais, o desenvolvimento da economia paulista. Assim, as empresas vencedoras pagam menos impostos e o Desenvolve SP possui as garantias dos seus financiamentos junto ao setor”, disse o presidente do Desenvolve SP, Nelson de Souza. O governo de São Paulo já leiloou mais de R\$ 423 milhões em créditos de ICMS.

A alienação dos direitos sobre Créditos Acumulados do imposto faz parte do Programa de Apoio ao Setor Avícola (PROAVI) do Desenvolve SP, iniciativa que permite que os empresários do setor recebam 5% do valor de suas vendas em crédito de ICMS.

O banco passou a aceitar esses créditos como garantia em financiamentos de capital de giro.

O leilão acontecerá das 10 horas às 12 horas, via plataforma eletrônica da B3 S.A.

As empresas que desejarem participar devem formalizar o interesse por meio de declaração até sexta-feira. Estão aptas a participar as entidades contribuintes de ICMS no Estado.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 26/01/2021



EXTRA ONLINE

SERVIDORES DO DEGASE FAZEM MANIFESTAÇÃO NESTA QUARTA-FEIRA

Os servidores do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), representados pelo Sind-Degase, farão uma manifestação nesta quarta-feira (dia 27), às 10h, em frente à Secretaria estadual de Educação do Rio (Seeduc). Esse será o segundo ato realizado este mês para cobrar progressões, aumento do auxílio-alimentação, fim do desconto do RAS e liberação da licença-prêmio.

Apesar de ser um órgão de Segurança Pública, o Degase está vinculado à Seeduc por questões orçamentárias.

De acordo com o sindicato, a decisão de realizar a manifestação foi tomada na última segunda-feira, durante uma reunião do secretário de Governo, André Lazaroni, com os diretores do Sind-Degase e do SindSistema, reafirmando a postura do Executivo estadual em não atender às solicitações feitas pelos servidores do Degase e da Seap.

O Degase fez a primeira manifestação, em frente ao Palácio Guanabara, juntamente com o SindSistema, da Seap, para liberação das progressões, que estão em atraso desde 2019 para o Degase, e desde 2018 para a Seap.

Na última semana, o governador Cláudio Castro liberou um aumento no auxílio-alimentação para os servidores da Educação, mas não incluiu o Degase.

O sindicato alega que na ocasião da suspensão da licença-prêmio, o Degase foi considerado pelo estado como parte da Educação, para não usufruir do direito. No entanto, para receber o benefício das progressões e da alimentação, o departamento foi excluído da Seeduc.

Fonte : Extra Online

Data : 26/01/2021

SE PANDEMIA SE AGRAVAR, SERVIDOR FICARÁ SEM AUMENTO POR DOIS ANOS, DIZ GUEDES

O ministro Paulo Guedes participou de um evento on-line com investidores. O ministro Paulo Guedes participou de um evento on-line com investidores. Foto: Marcos Corrêa/PR / Agência O Globo

Por Stephanie Tondo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira (dia 26), durante evento on-line promovido pelo Credit Suisse, que caso a pandemia se agrave os servidores poderão ficar sem aumento por dois anos. Sentado ao lado do presidente Jair Bolsonaro, ele disse que um aumento do número de mortes por Covid-19 justificaria a implementação de um "estado de guerra", que envolve o congelamento dos salários do funcionalismo, entre outras medidas de contenção de gastos.

— Mas e se a pandemia se agrava? Se nós falhássemos miseravelmente na entrega das vacinas, o que eu não acredito. Caso o pior aconteça, nós temos o protocolo da crise, aperfeiçoado agora. No ano passado, tivemos que esperar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) de guerra para autorizar a violação da regra de ouro, do teto. Se você disser que a pandemia está assolando o Brasil de novo, você vai declarar estado de guerra. Estado de guerra significa o seguinte: não tem

aumento de salário durante dois anos para o funcionalismo, os pisos estão todos bloqueados, acabou esse negócio de subir automaticamente — disse Guedes.

Apesar disso, o ministro reforçou que o governo está empenhado em garantir a vacinação para toda a população, e que "com a vacinação em massa ocorrendo, o país volta à normalidade". Isso significa, segundo Guedes, a retomada das discussões sobre as reformas no Congresso, incluindo a reforma administrativa, que propõe uma série de mudanças no funcionalismo.

— Reformas são fundamentais para recuperarmos a nossa dinâmica de crescimento, que foi perdida ao longo de décadas — afirmou Guedes.

Fonte : *Extra Online*

Data : 26/01/2021

AUXÍLIO EMERGENCIAL: GUEDES DIZ QUE SÓ PRORROGA BENEFÍCIO COM CONGELAMENTO DE VERBAS PARA EDUCAÇÃO E SEGURANÇA

Por *Manoel Ventura*



<https://extra.globo.com/incoming/24855381-e6b-fe2/w640h360-PROP/xguedes.jpg.pagespeed.ic.YmAtdalGGD.jpg>

O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Arquivo

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, atrelou a volta do auxílio emergencial aos mais vulneráveis, concedido no ano passado, ao fim do que chamou de "aumento automático" para educação, segurança e salários de funcionários públicos. Ao lado do

presidente Jair Bolsonaro, nesta terça-feira, Guedes afirmou ainda que, "caso o pior aconteça", o governo sabe o que fazer.

— Não pode ficar gritando guerra toda hora. Nós temos que ter muito cuidado. Quer criar o auxílio emergencial de novo, tem que ter muito cuidado, pensa bastante. Porque se fizer isso não pode ter aumento automático de verbas para educação, para segurança pública, porque a prioridade passou a ser absoluta (para o auxílio) — disse Guedes, durante evento virtual com investidores internacionais.

Em 2020, para fazer frente aos gastos com a pandemia, o Congresso aprovou o Estado de Calamidade Pública e o Orçamento de Guerra, que permitiram conceder o auxílio emergencial de R\$ 600 e depois prorrogá-lo por R\$ 300 até dezembro. Essas medidas se encerraram em dezembro.

— Pega os episódios de guerra aí e vê se teve aumento de salário durante a guerra, vê se teve dinheiro para saúde, educação. Não tem. Aqui é a mesma coisa. Se apertar o botão ali, vai ter que travar o resto todo — afirmou Guedes.

O ministro afirmou que, "se a pandemia se agravar", o governo saberá agir. O país registrou 631 mortes pela Covid-19 nesta segunda-feira, chegando ao total de 217.712 óbitos desde o começo da pandemia. Com isso, a média móvel de mortes no Brasil nos últimos 7 dias foi de 1.055, a maior desde 4 de agosto (quando foi de 1.066 mortes).

— Se a pandemia se agrava, continuam 1.500 mortes por dia, a vacina não chega, nós falhamos miseravelmente na entrega das vacinas... Vamos observar. Caso o pior aconteça, nós temos o protocolo da crise — disse Guedes.

O ministro cobrou responsabilidade antes de decretação do Orçamento de Guerra em 2021 e lembrou que, em 2020, o salário dos servidores públicos foi congelado por dois anos como compensação pelos gastos com a pandemia.

— É preciso ter muita responsabilidade quando você, entre aspas, declara a guerra. Se você disser que a pandemia está realmente assolando o Brasil de novo, você vai declarar o estado de guerra. Estado de guerra significa o seguinte: não tem aumento de salário durante dois anos de funcionalismo, os pisos estão todos bloqueados, acabou esse negócio do piso subir automaticamente — afirmou.

Para o ministro, é preciso "sacrifícios" para repetir os gastos do ano passado, que chegaram próximo a R\$ 600 bilhões. Ele cobrou responsabilidade orçamentária dos políticos.

— A classe política tem que se unir à responsabilidade pelos orçamentos. Se ela apertar o botão vermelho, de emergência, não é só pegar o dinheiro e sair correndo. Tem que fazer todo o protocolo de sacrifícios por anos. Se você está em guerra, não tem distribuição de medalhas. Ou seja, não pode ter aumento de salário enquanto não passar um, dois anos depois da guerra.

Guedes afirmou que o custo do combate à pandemia não pode ser transferido para as próximas gerações:

— Tem que pagar pelo custo da guerra, não pode empurrar isso para as futuras gerações. É muito fácil gastar 8%, 10% do PIB num ano, pedir para gastar de novo no ano seguinte e empurrar o custo para os nossos filhos e netos. Tem que ser responsável.

Fonte : Extra Online

Data : 26/01/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

EUA VÃO ELEVAR “SIGNIFICATIVAMENTE” O FINANCIAMENTO DE PROJETOS CLIMÁTICOS, DIZ JOHN KERRY

Por Gabriel Chiappini - 26 de janeiro de 2021 - Em Internacional, Transição energética

Os EUA vão elevar “significativamente” o financiamento de programas de adaptação às mudanças climáticas em países em desenvolvimento, como parte da nova postura em relação ao clima, afirmou o ex-secretário de Estado do país, John Kerry. Isso vai envolver aportes subsidiados e o envolvimento em projetos com governos e iniciativa privada.

Kerry lamentou a ausência dos EUA na luta contra as mudanças climáticas nos últimos quatro anos de gestão do ex-presidente Donald Trump.

“Há três anos, os cientistas nos deram um aviso severo. Eles disseram que temos 12 anos para evitar as piores consequências das mudanças climáticas. Agora temos nove anos restantes e lamento que meu país tenha estado ausente por três desses anos”, disse na abertura da primeira Cúpula das Nações Unidas para Adaptação ao Clima (CAS), realizada nesta segunda (25), na Holanda.

Ex-secretário de Estado, o democrata John Kerry foi escolhido representante especial para o clima, do governo de Joe Biden.

“Estamos orgulhosos de estar de volta. Voltamos com humildade pela ausência dos últimos quatro anos e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para compensar isso”.

Kerry destacou que a agenda climática é uma prioridade do governo Biden, lembrando o retorno imediato dos EUA ao Acordo de Paris. O antecessor, Donald Trump, havia abandonado o acordo em 2017.

“Temos agora um presidente que, graças a Deus, lidera, fala a verdade e é dominado por essa questão [do clima]. O presidente Biden sabe que temos que nos mobilizar de forma sem precedentes para enfrentar um desafio que está se acelerando rapidamente”, disse John Kerry.

Os EUA vão precisar atuar em três frentes para aumentar a resiliência às mudanças climáticas, segundo John Kerry

- “Vamos aproveitar a inovação dos EUA, dados climáticos e informações para promover uma melhor compreensão e gestão do risco climático, especialmente em países em desenvolvimento”;
- “Aumentaremos significativamente o fluxo de financiamento, incluindo empréstimos subsidiados para iniciativas de adaptação e resiliência [climáticas] e trabalharemos com instituições bilaterais e multilaterais para melhorar a qualidade [desses] programas”;
- “Trabalharemos com o setor privado nos Estados Unidos e em outros países em desenvolvimento para promover uma maior colaboração entre as empresas e as comunidades das quais elas dependem”;

Segundo ele, com as emissões atuais, o mundo está caminhando para um aquecimento global de 3,7 a 4,5 ° C, isto é, longe da meta estipulada no Acordo de Paris de 1,5 ° C até 2050.

Uma das iniciativas previstas pela gestão Biden é investir US\$ 2 trilhões em projetos de energia limpa nos setores de infraestrutura, transporte e construção. O objetivo é que nos próximos quatro anos, esses investimentos ajudem o país a zerar as emissões na geração de energia nos próximos 15 anos.

“É mais barato investir na prevenção de danos, ou pelo menos minimizá-los, do que limpá-los”, afirmou Kerry, ao lembrar que os EUA em apenas um ano gastaram US\$ 265 bilhões para consertar danos causados por três tempestades originadas por mudanças climáticas.

Líderes globais destacam necessidade de colaboração

Também presente na abertura da Cúpula, o vice-premier da China, Han Zheng, destacou a importância da cooperação entre os países para o alcance das metas do Acordo de Paris e apostar no multilateralismo. E lembrou do compromisso do país asiático em neutralizar suas emissões de carbono antes de 2060.

“Devemos melhorar a adaptação com esforços redobrados. Todos os países, à luz de suas condições nacionais, formulam e implementam seus próprios planos de adaptação, ampliam o escopo de ações, e melhoram sua eficácia e durabilidade para promover o desenvolvimento sustentável (...) Devemos estar em sinergia, trabalhando uns com os outros de boa fé”, afirmou Zheng.

Angela Merkel, chanceler da Alemanha, também defendeu iniciativas multilaterais, disponibilizando 270 milhões de euros para proteção de pessoas e países mais pobres e vulneráveis atingidos pelas mudanças climáticas.

“Eu acredito firmemente que trabalhando juntos podemos ter sucesso na mitigação dos impactos”, afirmou a chanceler.

Sem citar diretamente a Amazônia, o presidente francês, Emmanuel Macron, falou da importância da Aliança para Preservação de Florestas Tropicais, para proteção do que ele chamou de “o pulmão verde da Terra”, e de atividades agrícolas sustentáveis como a agroecologia.

Recentemente, Macron afirmou que “continuar dependendo da soja brasileira é endossar o desmatamento da Amazônia”.

Participaram ainda da abertura do evento, os primeiros ministros do Reino Unido, Boris Johnson, do Canadá, Justin Trudeau, e da Holanda, Mark Rutte.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 26/01/2021

SHELL NEGOCIA 2,5 BI DE LITROS DE BIOCOMBUSTÍVEIS COM ECB GROUP

Por epbr - 26 de janeiro de 2021 - Em Combustíveis, Transição energética

O ECB Paraguay e a Shell Trading Company assinaram um contrato plurianual para fornecimento de 500 milhões de litros por ano de diesel renovável e combustível renovável para aviação, a partir de 2024, totalizando 2,5 bilhões de biocombustíveis.

O diesel renovável HVO (Hydrotreated Vegetable Oil) e o combustível renovável para aviação (synthetic paraffinic kerosene, SPK), também conhecido como sustainable aviation fuel (SAF), serão produzidos na biorrefinaria Omega Green, em construção pelo grupo ECB no Paraguai, com capacidade total de produção de 20.000 barris por dia de HVO, SPK, SAF e nafta verde.

Na semana passada, o ECB anunciou um contrato 1 bilhão de litros de biocombustíveis avançados com a petroleira britânica bp, que está investindo na mudança do seu portfólio de suprimento de energia para comercializar mais combustíveis renováveis.

“Com o foco bem conhecido da Shell em iniciativas de descarbonização, faz todo o sentido trabalharmos juntos para fornecer fontes de soluções de combustíveis renováveis, especialmente nos setores de transporte rodoviário e aviação”, diz o fundador e CEO do ECB Group, Erasmo Carlos Battistella, em nota.

“Os biocombustíveis devem desempenhar um papel fundamental na obtenção de um sistema de energia com emissões líquidas zero, mas a colaboração é crítica para que o fornecimento e uso mundial desses combustíveis de baixo carbono se tornem mais difundidos”, disse Odeh Khoury, Vice-presidente da Shell para Comércio de Produtos e Abastecimento, Américas.

ECB assume 100% da BSBios

No fim do ano passado, a Petrobras Biocombustível (PBIO) fechou a venda de sua participação de 50% na BSBios para a R.P. Biocombustíveis, que possui os outros 50% da companhia e é controlada pelo ECB Group.

O valor total da BSBios foi definido em R\$ 1,2 bilhão, com data base de 30 de novembro de 2020. Com as deduções da dívida líquida e demais ajustes de preços, o valor líquido recebido pela PBIO (50% da BSBios) foi da ordem de R\$ 322 milhões.

A sociedade do ECB com a Petrobras durou 11 anos. A BSBios produz biodiesel em duas usinas localizadas em Passo Fundo (RS) e Marialva (PR).

Recentemente as unidades de produção de biodiesel de Passo Fundo e Marialva passaram por ampliações industriais, tendo sua capacidade fabril expandida para 414 milhões de litros de biodiesel cada.

Em 2019, a empresa investiu R\$ 69 milhões de reais, sendo R\$ 56,5 milhões em equipamentos e cerca de R\$ 12,5 milhões na melhoria de infraestrutura. Outros R\$ 6 milhões foram investidos em ações de inovação e de eficiência energética.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 26/01/2021

PETROBRAS ELEGE RODRIGO LIMA E SILVA NOVO DIRETOR DE REFINO E GÁS NATURAL

Por Gustavo Gaudarde - 26 de janeiro de 2021 - Em Combustíveis, Mercado

O Conselho de Administração da Petrobras elegeu Rodrigo Costa Lima e Silva como diretor executivo de refino e gás natural, em reunião realizada nesta terça (25). Ele vai substituir Anelise Lara, que renunciou ao cargo.

Rodrigo Lima e Silva atuava como gerente-executivo de gás e energia. É graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador e tem mestrado em Administração de Empresas pelo IBMEC e MBA em Finanças Corporativas pela FGV.

Ele atua na Petrobras há 15 anos, em diversas funções gerenciais nas áreas de exploração e produção, gás e energia e estratégia. Foi presidente do Conselho de Administração de algumas subsidiárias da Petrobras e desde 2019, ocupava o cargo de gerente executivo de gás e energia.

Rodrigo Lima e Silva participou do painel Descarbonização e o pico da demanda por gás natural na Gas Week de agosto de 2020

“A companhia agradece a Anelise Quintão Lara, que está se aposentando, por sua liderança, dedicação e contribuição para a companhia ao longo de seus trinta e cinco anos de carreira e seu importante trabalho à frente da Diretoria Executiva de Refino e Gás Natural desde março de 2019”, disse a empresa em nota.

Anelise atua na Petrobras há mais de 30 anos. Ocupou cargos gerenciais nas áreas de pesquisa, engenharia de reservatórios e desenvolvimento de projetos do pré-sal.

Em maio de 2016 assumiu a função de gerente executiva de Aquisições & Desinvestimentos e em 2019 assumiu a diretoria de Refino e Gás Natural.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 26/01/2021

PAÍSES DEVEM SE UNIR PARA CRIAR MERCADO EFICIENTE PARA HIDROGÊNIO VERDE, DIZ MINISTRO ALEMÃO

Por Guilherme Serodio - 26 de janeiro de 2021 - Em Clima



https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2021/01/50874059963_99e164e0c2_c-1.jpg?lossy=1&strip=1&webp=1

Painel Restoring Economic Growth (Option 2). Foto: Reprodução

A associação entre países para incentivar a cadeia de produção eficiente para o hidrogênio verde é bom exemplo da sinergia possível entre incentivos à retomada econômica e a transformação para uma economia de baixo carbono. A avaliação é do

ministro da Economia e Energia da Alemanha, Peter Altmaier, que participou de uma mesa de debate no primeiro dia do Fórum Econômico Mundial, em Davos.

“Percebemos que o hidrogênio verde é um elo que ainda falta para a transição energética e muitos países desenvolvidos terão que importá-lo de países em desenvolvimento”, disse Altmaier. Se pudermos desenvolver uma cadeia internacional de suprimento, com, por exemplo, países da América do Sul, que têm grande potencial de produção a partir da energia eólica e solar, então isso teria um efeito muito importante como estímulo à economia”.

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, defendeu que o momento atual exige a definição de mecanismos de precificação do carbono que acompanhem o custo da destruição ambiental, a necessidade de prestação de contas sobre ações tanto no setor público quanto privado e, finalmente, a necessidade de manutenção de investimentos em inovação.

A presidente do BCE ainda afirmou que há na sociedade uma forte percepção da urgência das mudanças climáticas.

“Todos temos na memória lembranças muito difíceis acerca das tentativas de precificar o carbono”, reconhece Lagarde. Mas para ela, hoje é possível desenvolver sistemas de precificação eficientes.

Corte de emissões como oportunidade à inovação

Para o presidente global da Volkswagen, Herbert Diess, apesar da crise atual, objetivos de sustentabilidade – como metas de redução de emissões – são estímulos importantes para a inovação na indústria.

Este ano a Volkswagen terá que pagar uma multa ambiental de € 275 milhões por não cumprir integralmente metas de redução de emissões em 2020 impostas pela União Europeia. Diess afirma ter reduzido a média de emissões de CO₂ de sua frota em 20% e promete cumprir as metas para o próximo ano.

“Novos objetivos contra mudanças climáticas são uma oportunidade para a inovação e para a produção de carros e da nova mobilidade com uma pegada de carbono reduzida, e nós nos consideramos inovadores nesta indústria, esta é uma oportunidade”, afirmou Diess.

A defesa de investimentos em inovação também é feita pelo presidente do Banco Central do Japão, Haruhiko Kuroda. Para ele, tornar a economia mais verde vai proporcionar um impulso significativo no crescimento japonês, influenciado pela demanda de investimentos.

A retomada do crescimento econômico em 2021 ainda é uma incerteza em todo o mundo. Mas enquanto economistas preveem que a economia na Zona do Euro deve crescer apenas 0,6% no primeiro quadrimestre de 2021 – marca que representa apenas a metade da média das previsões para o período feitas em dezembro -, no Japão, espera-se que a economia do país retorne aos níveis pré-pandêmicos no final do ano financeiro de 2021. No ano seguinte, o governo japonês trabalha com a previsão de crescimento do PIB de 2%.

O ministro francês da Economia, Finanças e Recuperação, Bruno Le Maire, afirma que embora a resposta econômica de curto prazo para combater a crise demande estímulos fiscais e incentivos governamentais, no longo prazo é preciso ter foco na guinada que se pretende produzir na economia, e manter investimentos em inovação.

“Temos que pensar no tipo de economia que queremos construir, queremos construir uma economia sustentável e reduzir as desigualdades”, disse Le Maire.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 26/01/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

BNDES FIRMA CONTRATO PARA CONCEDER JALAPÃO, IBITIPOCA E OUTROS 24 PARQUES NATURAIS À INICIATIVA PRIVADA

Banco fechou acordo com seis estados para estruturar modelo de licitação para exploração do turismo sustentável. Primeiros leilões devem ocorrer neste ano

Por **Carolina Nalin**



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24855011-f90-a28/FT1086A/652/x75830379_BOA-VIAGEMJALAPAOTOCANTINS19-02-2018-FOTOS-FEITAS-ENTRE-ESSA-DATA-E-25-02-2018CA.jpg.pagespeed.ic.qPeEX2R44P.jpg

Parque Nacional do Jalapão, no Tocantins: banco afirma que leilões vão aliviar governos dos custos de conservação Foto: Bárbara Lopes / Agência O Globo

RIO — O BNDES pretende estruturar até dezembro uma série de concessões de parques naturais à iniciativa privada. A entidade firmou contratos há menos de um mês com seis estados, a fim de oferecer suporte para concessão de 26 parques, com foco na exploração do turismo sustentável e preservação ambiental.

Entre os estados com parcerias já definidas estão Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins. Parques como Jalapão (TO), Ibitipoca (MG), Rio Doce (MG) e Dois Irmãos (PE) estão entre os destaques das unidades de conservação previstas.

Outros três estados estão em tratativas e devem integrar a próxima rodada de concessões projetada pela entidade. A expectativa é que os primeiros leilões aconteçam no fim deste ano e o restante ao longo de 2022.

— A nossa ambição é mudar a realidade do setor de parques no Brasil. O país tem cerca de 450 unidades de conservação, mas hoje somente 18 têm concessionárias. Temos um grande potencial a ser desenvolvido nesse setor — aponta Pedro Bruno, superintendente de Governo e Relacionamento Institucional do BNDES.

De acordo com a entidade, o objetivo do programa de estruturação de concessões é apoiar os estados em todas as etapas dos projetos. Por isso, serão realizados diagnósticos socioambientais, elaboração de modelagens econômico-financeiras, desenho de planos de negócios e apoio à ida desses projetos ao mercado até a licitação.

Obrigação de conservar

Segundo o executivo, os prazos de concessão ainda dependem da modelagem, mas não se distanciam dos prazos já praticados em outras concessões do setor, com duração de vinte anos, como o Parque Nacional do Iguaçu, e trinta anos, como o Parque Aparados da Serra.

Além da contrapartida da preservação das unidades de conservação, a expectativa é que as parcerias com o setor privado aliviem os custos dos governos com a manutenção dos parques, estimulem o turismo sustentável e desenvolvam as economias locais.

— É um processo de ganho para todo mundo: ganha o usuário, que vai ter acesso a parques com melhores condições; ganha a nossa agenda ambiental porque a premissa básica da concessão é a conservação das unidades; ganham os estados que vão desonerar os cofres; e ganham os investidores que aderem à agenda com um retorno financeiro associado a uma pauta de impacto social.

Ele cita ainda que o mercado está aquecido e competitivo, vide a aquisição neste mês dos parques nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, na divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pelo grupo Construcap, que administra o Parque Ibirapuera, em São Paulo.

— Temos um perfil natural de investidor que são os concessionários atuais dos parques já concedidos, mas há diversos players nacionais e internacionais do setor do turismo como grupos

hoteleiros, empresas de ecoturismo, receptivos turísticos e até empresas dos setores de entretenimento e serviços.

Fiscalização

O progresso da agenda ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) tem elevado o interesse de diferentes investidores financeiros em busca de retorno de reputação para suas marcas.

Bruno lembra que a fiscalização de infrações e crimes ambientais permanece sob responsabilidade dos órgãos públicos federal e estaduais. Já os modelos de negócios cabem aos concessionários e operadores interessados, que podem prever receitas de bilheteria e serviços associados como hotelaria e arborismo.

— Conseguimos amarrar no contrato uma série de atribuições com bastante transparência que garantem para o usuário final uma percepção clara da melhoria do serviço — conclui.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 26/01/2021

PREFEITURA PREPARA PACOTE DE MUDANÇAS PARA DAR AO CENTRO DO RIO ARES DE BAIRRO RESIDENCIAL; ENTENDA

Plano de mudanças urbanísticas e tributárias prevê, entre outras coisas, estímulos para que essa parte da cidade, historicamente voltada para ser uma área comercial, atraia moradias

Por Luiz Ernesto Magalhães



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24854948-a92-553/FT1086A/652/x91341626_RI-Rio-de-Janeiro-RJ-25-01-2021Projeto-Reviver-CentroRevitalizacao-abrange-toda-a.jpg.pagespeed.ic.K9bpCBq6Qc.jpg

Hora da virada: crise e Covid-19 contribuíram para decadência de região central Foto: Hermes de Paula / Agência O Globo

RIO — Para transformar o Centro, que foi esvaziado pela crise e pela pandemia, novas regras deverão entrar em vigor. Para isso, a prefeitura prepara um pacote de mudanças urbanísticas e tributárias que

prevê, entre outras coisas, estímulos para que essa parte da cidade, historicamente voltada para ser uma área comercial, ganhe ares de bairro residencial. Quem apostar na ideia de fazer de uma construção comercial um prédio para novos moradores pode ter perdão de dívidas ou isenção de IPTU por até dez anos.

As propostas, que estão sendo alinhavadas, valerão tanto para quem tem imóveis fechados — há uma estimativa de que hoje existem pelo menos 500 prédios inteiros nesta situação — ou quer dar novo destino a empreendimentos atingidos pela maré baixa da economia.

O secretário municipal de Planejamento Urbano, Washington Fajardo, promete entregar o projeto Reviver Centro à Câmara Municipal em fevereiro, quando recomeçam os trabalhos legislativos.

— Com grande relevância econômica e histórica, o Centro terá um plano urbano próprio. Na região, estão concentrados mais de 800 mil empregos. Mas há baixíssima ocupação residencial — diz Fajardo, explicando que os esforços para atrair moradias para o local foram atropelados pela pandemia do novo coronavírus. — As pessoas estão em home office, restaurantes estão fechando. O contexto atual é bem dramático. É necessário ter uma visão mais abrangente para superar esses desafios.

13 mil imóveis vazios

Ao todo, a proposta tem como alvo uma área de 5,72 quilômetros quadrados, incluindo o Centro Histórico. Nessa conta, estão todas as vias internas de logradouros importantes como as avenidas

Presidente Vargas, Rio Branco e Presidente Antônio Carlos. Fajardo destaca que, entre os imóveis abandonados, há, por exemplo, um terreno na Avenida Marechal Câmara, remanescente do desmonte do Morro do Castelo, ocorrido nos anos 1920.

Para efeitos de comparação, enquanto o Centro acumula 36.789 licenças para escritórios e 385 oficinas, dispõe apenas de 232 imóveis exclusivamente residenciais. O crescimento populacional é ínfimo: em dez anos (2000-2010), o aumento foi de 36.789 moradores para 39.135.

Um levantamento do Sindicato da Indústria da Construção (Sinduscom) e da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) mostra que, em meados de 2020, no auge da pandemia de Covid-19, cerca de 13 mil imóveis estavam fechados em toda a região do Centro. Em 2018, o número era bem menor: oito mil unidades.

— Há uma oferta de imóveis bem localizados, mas que não atendem mais às exigências criadas pelas novas tecnologias. Geralmente, sai mais em conta construir um prédio novo, que seja mais econômico em termos de consumo de energia e preparado para receber cabos de fibras óticas do que recuperar um imóvel antigo. Ao mesmo tempo, faltam estímulos para converter imóveis desativados para uso residencial — avalia o presidente da Ademi, Cláudio Hermolin.

No pacote legal que será proposto, os investidores, entre outras medidas, serão dispensados de construir novas vagas de garagem, podendo inclusive extinguir as existentes. No eixo do VLT, por exemplos, elas serão proibidas.

Fajardo argumenta:

— As pessoas elogiam Paris porque podem caminhar e tudo está a 15 minutos dos transportes públicos. No Centro, a cinco minutos de transportes públicos, como metrô, trens e VLT, é possível se chegar a museus, restaurantes e moradias. No entanto, faltam moradias. A questão é termos mecanismos que atraiam investidores e estimulem um maior uso residencial para faixas de renda distintas nessa região.

Na tentativa de tornar o ambiente mais agradável, o projeto menciona que o poder público deve fazer intervenções e garantir a manutenção de monumentos históricos. Coisas simples, como retirar pichações de bens privados, que hoje o município está impedido de fazer.

Outro mecanismo é adotar o IPTU progressivo para conter a especulação imobiliária. A ideia é que, a partir do terceiro ano da lei em vigor, os proprietários de imóveis vazios ou subutilizados passem a pagar alíquotas maiores do tributo.

Atualmente, os moradores do Centro só contam com um estímulo: a isenção do IPTU para manter as características originais de imóveis tombados. Moradora da Cruz Vermelha, a aposentada Helle-Nice Gomes, de 73 anos, vê vantagens e desvantagens na iniciativa:

— Mais vizinhos seriam bem-vindos pois tenho muito medo de andar no Centro. É tudo deserto. Por outro lado, me preocupo que, com a chegada de novos moradores, os aluguéis fiquem proibitivos — disse Helle-Nice.

Na Câmara Municipal, o PSOL, uma das maiores bancadas de oposição, elogia boa parte das propostas. E concentra as críticas na extinção de uma área mínima para os imóveis, que hoje é de 28 metros quadrados.

— Ter estímulos para o Centro servir como opção de moradia é uma bandeira nossa. A alíquota progressiva para o IPTU também é algo que temos simpatia. Agora, é preciso explicar melhor o que significa liberar imóveis sem área mínima — diz o vereador Tarcísio Motta (PSOL).

LINHA AMARELA: PREFEITURA VAI NEGOCIAR RETOMADA DE PEDÁGIO EM VALOR MENOR, DIZ SECRETÁRIA DE TRANSPORTES

Entre as metas apresentadas por Maína Celidônio para os 100 dias da gestão Paes, também está a mudança na relação com os consórcios que operam ônibus e BRT

Por Geraldo Ribeiro e Luiz Ernesto Magalhães



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24854898-8d8-a2e/FT1086A/652/xmaina-celidonio.jpg.pagespeed.ic.4rOhgylQNb.jpg>

*A secretária municipal de Transportes do Rio, Maína Celidônio
Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo*

RIO — A Prefeitura do Rio espera conseguir negociar uma redução na tarifa do pedágio da Linha Amarela. Para a secretária municipal de Transportes, Maína Celidônio, o valor praticado antes da suspensão da cobrança (R\$ 7,50) é muito alto. Ela acredita que o acordo judicial para ajuste do preço estará concluído antes dos 100 dias da gestão de Eduardo Paes. Nesta terça-feira, foi publicada no Diário Oficial do Rio uma resolução da Secretaria de Governo e Integridade Pública que anuncia a criação de um grupo de trabalho para estudar a encampação da concessão da Linha Amarela.

Segundo a secretária, a prefeitura também estuda mudar a relação com os consórcios que operam as linhas de ônibus convencionais e do BRT do Rio e não descarta, num processo de reorganização para que o sistema funcione de forma adequada e com controle do município sobre as receitas, que haja subsídios para a população ter um serviço de melhor qualidade. A hipótese de complementar a tarifa — descartada desde a licitação do serviço em 2010 — é levantada por ela.

— O incentivo das empresas hoje é maximizar os lucros, diminuindo custos, num incentivo perverso, ainda mais com a pandemia, que reduziu o número de passageiros. Então, diminui o custo cortando a frota, tendo mais passageiros por ônibus pelo modelo atual. O que tem que fazer é mudar o modelo de remuneração — diz a secretária.

Em sua proposta de reorganizar o sistema de transporte coletivo na cidade, há uma longa lista, que inclui revisão de parte do traçado do BRT Transbrasil (em obras desde 2014), discussões sobre a integração tarifária entre os diferentes modais e a revisão do programa de racionalização, implantado na gestão anterior do prefeito Eduardo Paes e que encurtou e eliminou linhas de ônibus. A secretária também pretende rever todos os trajetos das linhas de vans legalizadas, que complementam o serviço dos ônibus. Algumas soluções serão apontadas dentro do Plano de 100 dias do governo. Confira os principais pontos da entrevista.

Qual o plano para a Linha Amarela, que teve a cobrança de pedágio suspenso por decisão judicial?

A prefeitura acredita que é importante cumprir contratos. A gente crê que o pedágio poderia voltar, mas o valor atual está muito elevado (R\$ 7,50 antes da suspensão). Vamos negociar com a empresa para tentar um acordo judicial com uma tarifa menor. Hoje temos uma coleção de estudos feitos pelos diversos órgãos com cálculos diferentes. Estamos analisando esses estudos e vamos conversar com a concessionária para termos um preço justo. Essa é uma das questões que fazem parte dos planos de 100 dias. Vamos resolver isso até antes.

O transporte por ônibus comuns e BRTs tem problemas, como linhas que desapareceram e falta de coletivos, entre outros. Qual prazo para reorganizar o sistema?

A gente está criando sistemas de monitoramento para realmente ter uma visão precisa da operação dessas linhas. Começamos a monitorar pelo GPS dos carros quais linhas estão de fato rodando e se a frota é a determinada. Ainda não temos isso em tempo real. Nesse momento, estamos estudando os dados acumulados de 4 a 14 de janeiro. Estamos montando esse sistema nos ônibus comuns e

nos BRTs. E também estamos criando no BRT um questionário para avaliar junto aos usuários, mensalmente, as demandas deles no entorno das estações.

Mas a licitação do sistema (em 2010) previa o acompanhamento on-line pelo GPS, que foi lançado pela prefeitura (em 2013)...

Esses dados de GPS não vinham sendo usados de fato. A partir da análise desses dados vamos conversar com as empresas, verificar se faltam ônibus ou há defeitos no GPS em certas linhas. E estabelecer um plano para retomada (das linhas, onde for necessário) pressionando as concessionárias para melhorar os serviços. As tarifas estão defasadas, mas a discussão da climatização não permite reajustes (uma ação judicial movida pelo Ministério Público impede concessão de aumentos porque a frota não foi toda adaptada até 2016, como previsto inicialmente). A realidade é que nem juridicamente nem politicamente temos condições de aumentar tarifas, por conta da pandemia. Nem as empresas querem reajuste necessariamente por entenderem que vai contribuir para cair ainda mais a demanda de usuários.

Multar as empresas por causa do sumiço das linhas e o desrespeito da frota determinada, que se agravaram na pandemia, não tem surtido efeito. O que mais pode ser feito?

O que a gente vê como uma solução de médio prazo é mudar o modelo de remuneração. Todo risco está locado nas empresas. Cai a demanda e as empresas estão sozinhas nisso. Mas com o modelo que a gente tem —sem controlar a receita— é politicamente impossível dar qualquer subsídio. Isso passa pela licitação do sistema de bilhetagem eletrônica (hoje controlado pela Riocard, ligado às próprias empresas).

Esse modelo atual é insustentável, não gera os incentivos corretos. A gente precisa estudar um novo modelo de remuneração a médio prazo. Talvez por subsídios. É uma questão a ser estudada. Mas, o caminho e o ponto de chegada não temos ainda.

O contrato de concessão não prevê punições pelos serviços não cumpridos?

Minha preocupação não é o caminho jurídico mas prestar o serviço para o cidadão. Temos que estudar o melhor caminho para remodelar o sistema. A prefeitura acredita no cumprimento de contratos tanto de um lado como o de outro. A prefeitura não tem ônibus, garagens ou motoristas. A gente precisa buscar o melhor caminho para o sistema, garantindo o serviço. Encampação seria uma medida agressiva e aumentaria o risco de operar o sistema na cidade, elevando o custo das passagens.

De zero a dez, qual a nota que a senhora dá para o serviço dos ônibus na cidade?

Não vou dar nota. Como um todo é ruim, em todos os quesitos. Está muito aquém do serviço que a sociedade deseja. Há questões como frequência e qualidade. O sistema não tem previsibilidade. Ninguém sabe quando o ônibus passa. Tem problemas de qualidade, não há ar em toda a frota. E com a crise, o preço da tarifa pesa no orçamento das famílias.

Em plena pandemia, como evitar que os ônibus circulem lotados?

A gente entende que o transporte público não foi desenhado em qualquer lugar no mundo para obedecer a afastamentos de dois metros. As pessoas têm que ter práticas corretas. No Japão, é proibido falar no transporte público, por exemplo. O uso de máscaras é importante. Estamos estudando regras a serem adotadas para a limpeza de ônibus e terminais.

Ao assumir, a senhora fez viagens no BRT e anunciou que usaria o serviço por 15 dias para avaliar o sistema. Os problemas os passageiros já conhecem, quando virão as soluções?

Os problemas são diferentes entre as estações. A ideia é que tenhamos um sistema de monitoramento permanente e integrado. Só análise dos problemas pelas câmeras do centro de



operações do BRT não é suficiente. A ideia é termos esse sistema implantado na meta de 100 dias do governo. Também estamos fiscalizando as garagens, para ter uma avaliação do estado de todos os ônibus. E, a partir daí conversar com o consórcio (sobre a frota). A questão é que ônibus não nasce em árvore. São necessários seis meses entre a encomenda e o veículo chegar. Se não tiver ônibus para circular é impossível solução a curto prazo (para a superlotação).

Como resolver a questão das estações no eixo da Cesário de Melo, que estão fechadas há três anos não só pelo vandalismo, mas também pela insegurança?

Estamos definindo com o consórcio um cronograma para reabrir todas as estações. A gente tem uma articulação com a Secretaria de Ordem Pública, mas certas estações nem guarda municipal pode resolver o problema. A questão da segurança pública (nessas estações da Cesário de Melo) não está circunscrita à prefeitura. O secretário Brenno Carnevale (Ordem Pública) está se articulando com o estado nesse sentido.

E sobre a implantação do BRT Transbrasil (Caju-Deodoro), já sabe como vai ser a operação do sistema? Como será a integração com os ônibus que vêm da Baixada e da Zona Oeste?

A gente analisou o projeto da Transbrasil e viu que existem alguns gargalos. E é possível adicionar algumas obras para ter um funcionamento melhor. Estamos analisando como seria essa chegada ao Centro. Estamos conversando com o Estado e o BNDES para saber como será o uso comum dessa calha pelos serviços municipais e intermunicipais. Hoje do jeito que está planejado, o entorno da Rodoviária Novo Rio não tem condições de absorver usuários. Outro problema: não podemos ter modelos diferentes de ônibus usando as calhas. Os tempos de freagem dos BRTs e ônibus comuns são distintos e tem problemas de segurança. Isso terá que ser discutido com os municípios, pois vai exigir investimentos em articulados. Também não temos o plano operacional. Vamos discutir com estados e municípios.

O programa de racionalização, adotado na gestão anterior de Eduardo Paes e que encurtou e eliminou linhas, será reavaliado? O que deu errado na sua opinião?

Uma coisa que deu bem errado foi a comunicação das alterações. Como o usuário conhece o sistema, por hábito, quando muda isso sem um bom sistema de informação deixa o passageiro perdido. Foi o que aconteceu. E só piorou a previsibilidade do sistema. Algumas linhas podem voltar, sim. Mas tem que levar em conta que nem todas as demandas serão atendidas. Estamos levantando as demandas das linhas que a população quer de volta. E ver quais aquelas que são viáveis retornarem. Faz parte do nosso plano de 100 dias.

O sistema de vans também está desorganizado. As linhas existentes vão ser revistas?

A gente vai rever todo sistema em áreas defasadas que precisam de novas licenças. Outras áreas tiveram aumento de vans de forma indiscriminada. Mas ainda não temos esse prazo. Estamos priorizando as promessas de 100 dias de governo.

Há negociações com as outras concessionárias para termos tarifas integradas com metrô, trens e barcas. É possível garantir isso ao fim de quatro anos de governo?

O problema de integração entre serviços do estado e do município, de um modo geral, é difícil. Não sou política, sou uma técnica. Não posso, como município, garantir coisas que não sei se posso entregar. Ainda estamos tendo reuniões. Esse é um processo. Há outros problemas imediatos. As operadoras de transportes haviam deixado suas posições no Centro de Operações. Estão retornando para que possamos ter planos de contingência para o transporte.

Há planos de ampliar os corredores de BRS na cidade?

A gente gostaria muito de ampliar. Temos um diagnóstico de áreas engarrafadas no entorno do Centro onde esse serviço poderia ser implantado. São corredores com três faixas. Mas isso exigiria

investimentos da CET-Rio em sinalização e fiscalização eletrônica. Não posso antecipar ainda por onde começaria. Não há como antecipar nada.

Com relação ao VLT há uma discussão judicial sobre complementação das tarifas, já que o sistema não alcançou o número de passageiros previstos na concessão. Como está isso?

Ainda não temos proposta para isso.

A senhora já anunciou que pretende taxar os aplicativos de transporte. Já houve algum avanço?

A gente não está recebendo dos aplicativos. A prefeitura tentou regularizar por decreto, que caiu. Os aplicativos têm que ser regulados segundo as regras definidas pelo STF. A gente precisa saber como eles operam. Eles precisam fazer parte do sistema viário. Para isso, precisamos ter controle sobre as receitas deles. Isso está em análise.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 26/01/2021

APÓS PEDIDO DE DEMISSÃO DO PRESIDENTE DA ELETROBRAS, BOLSONARO DIZ QUE VAI 'ACELERAR' PRIVATIZAÇÕES

Em discurso para investidores, ele afirmou que teto de gastos é 'âncora de credibilidade' e indicou que não prorrogará auxílio

Por Daniel Gullino



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24855378-3c0-81a/FT1086A/652/x50876955423_de51875b4e_o.jpg.pagespeed.ic.CnCs1D9Vae.jpg

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, participam de evento com investidores Foto: Marcos Corrêa/Presidência da República

BRASÍLIA — Após o pedido de demissão do presidente da Eletrobras, motivado pela dificuldade na venda da estatal, o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça-feira que o seu governo pretende "acelerar" os leilões de privatizações e concessões.

Em evento direcionado a investidores, Bolsonaro também defendeu a manutenção do teto de gastos e voltou a indicar que não prorrogará o auxílio emergencial. Na véspera, o presidente disse que o benefício não era "duradouro", nem "vitalício" e que não deveria ser visto como aposentadoria.

— Pretendemos acelerar os leilões de concessões e privatizações, em especial no âmbito do programa de parcerias de investimentos, o PPI, que tem um carteira de projetos estratégicos de longo prazo, baixo risco e com taxas de retornos atraentes e estáveis — disse o presidente, em evento promovido por um banco.

Foco no ambiente de negócios

Depois, Bolsonaro voltou a falar em privatizações e no "aperfeiçoamento do ambiente de negócios".

— Em 2021, vamos acelerar o calendário de privatizações e dar continuidade às medidas de aperfeiçoamento do ambiente de negócios. Queremos regulamentos mais simples e menos onerosos, para destravar o imenso potencial do Brasil e facilitar o trabalho da iniciativa privada.

Teto de gastos é 'âncora', diz Bolsonaro

O presidente Wilson Ferreira Junior pediu demissão da Eletrobras no domingo. Na segunda-feira, cobrou o envolvimento de Bolsonaro na privatização da estatal, cujo projeto aguarda votação no Congresso. O executivo ficará no posto até início de março.

Em seu discurso desta terça-feira, Bolsonaro não citou especificamente a Eletrobras.

No mesmo evento, o presidente afirmou que o teto de gastos é uma "âncora de sustentabilidade e de credibilidade econômica" e que "medidas temporárias" tomadas durante a pandemia não podem virar permanentes.

— No âmbito fiscal, manteremos firme o compromisso com a regra do teto de despesas como âncora de sustentabilidade e de credibilidade econômica. Não vamos deixar que medidas temporárias, relacionadas com a crise, se tornem compromisso permanente de despesas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 26/01/2021

FMI MELHORA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL E DO MUNDO EM 2021, COM VACINA E ESTÍMULOS

PIB global deve crescer 5,5% e economia brasileira deve avançar 3,6%

O Globo

RIO - O Fundo Monetário Mundial melhorou as projeções de crescimento das economias mundial e brasileira para este ano, com a perspectiva de vacinação e novas medidas de estímulo. O PIB global vai crescer 5,5% em 2021, mais que os 5,2% previstos em outubro.

Já o Brasil deve crescer 3,6% contra 2,8% projetados anteriormente. Os números constam no relatório Panorama Econômico Global, do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado nesta terça-feira.

A recuperação projetada para este ano se segue a "um colapso severo em 2020, que teve impactos adversos agudos sobre mulheres, jovens, pobres, trabalhadores informais e aqueles que trabalham em setores de contato intensivo com pessoas", diz o relatório.

Apesar das incertezas, diz o estudo, projeta-se que a atividade da economia global cresça no final do ano, com a vacinação e os projetos de alívio preconizados por grandes economias, como o pacote de US\$ 1,9 trilhão que o governo de Joe Biden quer aprovar no Congresso americano.

Para 2022, a previsão para crescimento da economia global foi mantida em 4,2%. Para o Brasil, foi revisada para cima, de avanço de 2,3% para expansão de 2,6%.

O Fundo também estima que, no ano passado, a contração da economia global foi de 3,5% e a brasileira, de 4,5%.

De acordo com o Fundo, as ações dos governos são essenciais para garantir "um suporte eficaz até que a recuperação esteja firmemente em andamento", o que retomará o crescimento e a transição para uma economia mais sustentável, "com menor dependência de carbono".

As economias de países em desenvolvimento, recomenda o FMI, devem manter "apoio fiscal e monetário" onde a sustentação da dívida não estiver em risco e com expectativas de inflação "bem ancoradas".

Em especial, as nações com baixa renda per capita precisam do apoio da comunidade internacional para debelar a crise, com ajuda para alívio da dívida e a concessão de empréstimos, para que não haja aumento da pobreza.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 26/01/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

IMPASSE SOBRE ACÚMULO DE ÁGUA POR BELO MONTE DIVIDE GOVERNO

Ainda não há definição sobre qual quantidade de água deverá passar pelas turbinas da hidrelétrica em fevereiro; impasse tem comprometido a vida no Rio Xingu e põe em xeque a quantidade de energia a ser produzida pela usina

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A apenas seis dias de fevereiro, ainda não há definição sobre qual quantidade de água deverá passar pelas turbinas da hidrelétrica de Belo Monte no próximo mês, um impasse que tem comprometido a vida no Rio Xingu e que põe em xeque a quantidade de energia a ser produzida pela hidrelétrica.

Na quarta-feira, 27, uma comitiva formada por membros do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ibama deve ir até a região de Altamira, no Pará, para fazer uma visita técnica e sobrevoar a área da Volta Grande do Xingu, onde a usina foi erguida. Há previsão de que o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, e o presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, acompanhem o grupo. Na segunda-feira, 25, o assunto foi tratado em reunião fechada, na Casa Civil da Presidência da República.

O governo bate cabeça sobre a partilha da água do Xingu. A polêmica diz respeito ao volume que a Norte Energia, dona de Bela Monte, quer reter em seu reservatório, para acumular maior quantidade de água e gerar mais energia nos próximos meses. As regras da empresa, porém, passaram a comprometer a subsistência de quem vive ao longo de um trecho de 130 quilômetros do Rio Xingu, a chamada Volta Grande do Xingu, por causa do pequeno volume de água que passou a ser liberado pela maior hidrelétrica do País.

Preocupado unicamente com a geração de energia, o MME já mobilizou todo o setor elétrico para tentar derrubar os pedidos de aumento de liberação de água feitos pelo Ibama. O MME quer manter os níveis mínimos aplicados pela concessionária Norte Energia. O Ibama, porém, após dezenas de estudos técnicos, já comprovou que a situação é alarmante em toda a região e que a escassez de água tem comprometido diversas espécies de peixes, prejudicando a fauna local e a vida de milhares de ribeirinhos e povos indígenas.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/6/1611684882867.jpg>

Reservatório da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Foto: Marcos Corrêa/PR - 27/11/2019

A definição sobre o volume de água obedece a uma programação mensal, que varia fortemente conforme a época do ano, por causa dos meses de cheia e de seca. Neste mês de janeiro, por exemplo, a Norte Energia queria liberar apenas 1.100 metros cúbicos de água por segundo para a Volta Grande, conforme previsto em seu próprio hidrograma. O Ibama, porém, determinou que a concessionária fizesse a liberação de 3.100 m³/s.

O descolamento dessas programações torna-se muito mais agudo em fevereiro, quando a empresa pretende liberar apenas 1.600 m³/s, mas o Ibama cobra que esse volume chegue a 10.900 metros cúbicos, quase sete vezes o pretendido pela concessionária.

Procurada pela reportagem, a Norte Energia não se manifestou sobre o assunto. Em documento enviado na primeira semana de janeiro ao Ibama, a concessionária nega que suas operações estejam impactando a região, apesar de dezenas de estudos mostrarem o contrário.

A definição sobre a liberação de água para fevereiro tem que ser tomada até sexta-feira, 29. A reportagem apurou que, no Ibama, a intenção é manter a determinação de 10.900 metros cúbicos por segundo. A Norte Energia já tem recorrido à Justiça para tentar derrubar o entendimento do órgão ambiental.

Conforme mostrou reportagem do Estadão em dezembro, a preocupação do MME com o assunto não está voltada apenas aos negócios da concessionária, mas em como isso pode prejudicar o processo de privatização da Eletrobrás. A Norte Energia é uma empresa privada, que tem a estatal como sócia. O projeto de lei de privatização da Eletrobrás do governo Bolsonaro prevê um aumento de capital, por meio do qual a União reduziria sua participação na estatal, atualmente em 60%, para algo inferior a 50%. A ideia é que a Eletrobrás se torne uma companhia cujo controle é difuso no mercado.

“Atualmente, está em discussão a capitalização da companhia e alterações no equilíbrio econômico e financeiro da Norte Energia S.A. podem impactar negativamente o processo que está sendo conduzido pelo governo federal”, afirma o ministério, em documento.

A Norte Energia tem 50,02% de sua estrutura nas mãos de sócios privados. Essa lista inclui as empresas Neoenergia, Vale, Cemig, Sinobras, Light e J. Malucelli Energia, além dos fundos de previdência Petros e Funcef. Do lado estatal, com 49,98% de participação está a Eletrobrás. A avaliação financeira traz ainda um aviso de que as mudanças podem gerar “possíveis incertezas e inseguranças sobre o compromisso do Brasil com os contratos firmados, sobretudo na área de infraestrutura, devido à dimensão e à importância do projeto da UHE (usina hidrelétrica) Belo Monte para o País”.

Em novembro de 2015, a Norte Energia fechou a barragem principal da usina, desviando uma média de até 80% da água para um canal artificial de mais de 20 quilômetros, onde foram instaladas as grandes turbinas da hidrelétrica. Com esse desvio, um trajeto de 130 km, que há milhares de anos convivia com um regime natural de seca e cheia, passou a ser submetido a um regime extremamente reduzido de água, o que tem acabado com dezenas de espécies de peixes, tartarugas e frutos, comprometendo a vida do rio e a subsistência de milhares de famílias espalhadas em 25 vilas do trajeto do rio, entre indígenas e não indígenas.

O controle sobre a quantidade de água que passa ou não pela barragem é feito pela Norte Energia, por meio de um “hidrograma de consenso”, que prevê os volumes que devem ser liberados. Ocorre que esse documento técnico foi elaborado pela própria empresa, quando do seu licenciamento, em 2009. À época, relatórios do Ibama já chamavam a atenção para o fato de que os volumes previstos no hidrograma trariam riscos à região. Esses pareceres, porém, foram ignorados e o empreendimento recebeu autorização para ser construído.

Hoje, dez anos após a licença que autoriza as obras de Belo Monte, a situação se confirma. A Norte Energia alega que o trecho ainda passa por uma fase de “testes” e que isso deve ser analisado pelo prazo de seis anos, como previsto no edital da usina. O mesmo edital prevê, porém, que o Ibama pode alterar as regras de vazão do rio, conforme identifique situações que julgue necessárias.

Sem condições de vida. Uma vistoria local realizada em 2019 pelo Ibama e diversos órgãos públicos confirmou que “não está demonstrada a garantia da reprodução da vida, com riscos aos ecossistemas e à sobrevivência das populações residentes”, por causa da pouca água no trecho.

Com a construção da usina, a empresa adotou duas regras: liberar 4 mil metros cúbicos (m³) por segundo em um ano e 8 mil m³ no ano seguinte. Esse regime artificial, porém, acabou por comprometer completamente a vida no trecho bloqueado do rio. Ao analisar os resultados, a equipe técnica do Ibama concluiu que o cenário com 4 mil m³/s “é impraticável”. Sobre o cenário com 8 mil

m³, declarou que os dados “são insuficientes para garantir que não haverá piora drástica nas condições ambientais e de modo de vida na Volta Grande do Xingu”.

No segundo semestre do ano passado, o Ibama apresentou um “hidrograma provisório”, exigindo maior liberação de água de Belo Monte. A Norte Energia, porém, entrou com ação contra essa decisão, sob alegação de que o órgão mudava as regras do licenciamento no meio do processo e que agia assim por “pressão” do Ministério Público Federal. O caso foi parar no Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), que negou o pedido da concessionária contra o Ibama.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 26/01/2021

A INVESTIDORES, BOLSONARO FAZ DEFESA DO TETO DE GASTOS, DA AGENDA DE PRIVATIZAÇÕES E DE REFORMAS

Fala do presidente vem depois de o candidato do Planalto à presidência do Senado, Rodrigo Pacheco, sinalizar com uma possível revisão na regra do teto e após a renúncia de Wilson Ferreira Júnior ao comando da Eletrobrás

Por Pedro Caramuru e Emily Behnke, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro fez uma defesa nesta terça-feira, 26, de temas que têm gerado preocupação de empresários e investidores quanto às ações do governo para a retomada econômica com responsabilidade fiscal, como o respeito aos tetos de gastos (a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação), a agenda de privatizações e o andamento de reformas fiscais.

"No âmbito fiscal, manteremos firme compromisso com a regra do teto de despesas como âncora de sustentabilidade e de credibilidade econômica. Não vamos deixar que medidas temporárias relacionadas com a crise se tornem compromissos permanentes de despesas. Nosso objetivo é passar da recuperação baseada no apoio ao consumo para o dinamismo do setor privado", afirmou o presidente, em discurso lido, durante evento promovido pelo banco Credit Suisse sobre investimentos promovidos na América Latina.

Com a fala, Bolsonaro contrapõe o pânico criado no mercado financeiro na semana passada, quando o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato do Palácio do Planalto ao comando do Senado, sinalizou em entrevista ao Estadão/Broadcast com uma possível revisão da regra criada no governo do ex-presidente Michel Temer, em 2017, ao dizer que o teto não é "intocado".



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/0/1597930359307.jpg>

O presidente da República, Jair Bolsonaro Foto: Gabriela Biló/Estadão

O presidente reforçou ainda o apoio à tramitação de reformas econômicas, paradas no Congresso Nacional. "Vamos avançar na tramitação de propostas das reformas fiscal, tributária e administrativa em parceria com o Congresso Nacional e a sociedade brasileira", disse.

O governo enviou no ano passado a proposta de reforma administrativa - que reestrutura o RH do Estado, com mudanças na forma como os servidores são contratados, promovidos e demitidos - e a primeira parte da reforma tributária, com a unificação do PIS/Cofins. Antes, em 2019, já tinha enviado três propostas de emenda à Constituição (PECs) com medidas para desengessar o Orçamento público e redistribuir as verbas com Estados e municípios.

Um dia após a saída de Wilson Ferreira Júnior do comando da Eletrobrás pela dificuldade do governo em aprovar a privatização da estatal no Congresso, o presidente disse que o governo pretende acelerar leilões de concessões e privatizações. Nos dois primeiros anos, segundo ele,

foram incluídos 65 projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), um dos primeiros passos para os leilões.

Bolsonaro defendeu também "regulamentos mais simples" e "menos onerosos" a fim de garantir a admissão do País na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo o presidente, "meta prioritária da política externa brasileira".

Estiveram ao lado do presidente durante a transmissão, o chanceler Ernesto Araújo e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo o presidente, a economia deve crescer 3,5% em 2021. "Apesar da covid, mantemos compromisso com empreendedores, investidores e empregados."

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 26/01/2021

VAGA NA ELETROBRÁS ABRE DISPUTA NO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E PODE DEFINIR FUTURO DA ESTATAL

Dança das cadeiras pode levar Eduardo Braga de volta para a pasta, da qual já foi ministro; a questão, no entanto, é que o senador é contrário ao processo de privatização da Eletrobrás, apoiado por Paulo Guedes

Por Anne Warth e Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A escolha do substituto de Wilson Ferreira Júnior na Eletrobrás será definitiva para o futuro do projeto de privatização da companhia. Enquanto a área econômica do governo quer encontrar um executivo à altura de Ferreira Júnior, que acredite na capitalização da companhia, o mundo político aposta no ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que, deixaria a pasta para dar lugar ao senador Eduardo Braga (MDB-AM), ex-ministro de Minas e Energia e contrário à venda da estatal.

Ferreira Jr., por sua vez, acredita em uma solução interna, que continue o trabalho de redução de custos e de melhoria da gestão que ele iniciou há quase cinco anos. Ontem, em entrevista, ele disse que a dificuldade em aprovar a privatização da estatal no Congresso motivou sua renúncia do cargo.



<https://img.estado.com.br/resources/jpg/7/8/1611629161087.jpg>

Em sua gestão, Wilson Ferreira Júnior privatizou sete distribuidoras do grupo no Norte, Nordeste e Goiás Foto: Fábio Motta/Estadão

No governo, a saída de Ferreira Jr. surpreendeu, principalmente pelo timing, uma semana antes das eleições para a presidência da Câmara e no Senado, que precisam dar aval à privatização. O Ministério da Economia sabe que a definição do novo presidente da Eletrobrás é o que vai dizer ao mercado se a privatização vai finalmente andar ou

se vai naufragar de vez.

Isso porque Ferreira Jr. anunciou que deixará a empresa três dias após o Estadão/Broadcast publicar uma entrevista com o candidato apoiado pelo governo Jair Bolsonaro para o Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em que ele disse claramente que a privatização da Eletrobrás não seria prioridade em sua gestão. Ele não se comprometeu com prazos e afirmou ser contra o "entreguismo sem critério". Os investidores reagiram na mesma hora, e as ações da companhia despencaram no mercado.

Chamou atenção o fato de que nem Bolsonaro, nem Albuquerque ou o ministro da Economia, Paulo Guedes, se pronunciaram após a declaração, reforçando a impressão de que a privatização só era prioridade para o próprio executivo. Foi a gota d'água.

Na teleconferência desta segunda-feira, o próprio executivo revelou sua descrença com os rumos da privatização, admitiu que essas dificuldades foram a causa de sua saída e afirmou que o projeto só vai andar se houver envolvimento direto do presidente Jair Bolsonaro – em outras palavras, vontade política e muita articulação.

Mesas do Congresso

A maior preocupação do governo neste momento é justamente a eleição da nova mesa diretora do Congresso. Para eleger Pacheco no Senado e Arthur Lira (PP-AL) na Câmara, o Executivo tem negociado acordos políticos sobre todo assunto de interesse do Legislativo, entre eles cargos. Nesse cenário, voltou a circular, nos bastidores, a possibilidade da saída de Albuquerque da pasta de Minas e Energia, que seria dada a Braga como compensação. O senador desistiu de concorrer pelo MDB, cuja candidata é Simone Tebet (MS). Albuquerque, por sua vez, teria uma saída honrosa, como Bolsonaro costuma fazer com aliados leais.

Auxiliares próximos do presidente negaram que ele tenha interesse em trocar o comando do ministério. Procurados, os Ministérios da Economia e de Minas e Energia não comentaram, Braga negou os rumores e a Eletrobrás enviou o fato relevante sobre a saída do executivo.

Na Eletrobrás, a defesa é por uma solução interna, alinhada à política implementada por Ferreira Júnior. Na conferência em que explicou sua saída, o executivo disse que a estatal conta com profissionais com capacidade para substituí-lo – como a diretora Financeira e de Relações com Investidores, Elvira Cavalcanti Presta – e afirmou que o conselho de administração pretende contratar uma consultoria para avaliar outros nomes de mercado. Descartou também a possibilidade de que o presidente do conselho, Ruy Flaks Schneider, oficial de reserva da Marinha, assumira o cargo.

Aos mais próximos, Ferreira Jr. já havia sinalizado desde o fim do ano passado que estava cansado. Em sua gestão, o principal feito foi privatizar as sete distribuidoras do grupo no Norte, Nordeste e Goiás – com muita ajuda do governo Michel Temer. Ferreira Jr. conseguiu fazer demissões e reduzir custos, mas o saneamento da empresa chegou no limite.

Em 2024, o vencimento da concessão de Tucuruí reduzirá em 70% as receitas da subsidiária Eletronorte e, conseqüentemente, do grupo. A proposta de privatização, parada no Congresso desde novembro de 2019, embutia uma renovação desse contrato por mais 30 anos. Em quase cinco anos, colecionou atritos com o sindicato de trabalhadores, contrários a seu maior projeto, a capitalização, que acabou não entregando.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 26/01/2021

'O ESTABLISHMENT NÃO QUER AS PRIVATIZAÇÕES', DIZ SALIM MATTAR

Ex-secretário diz que Executivo, Legislativo e Judiciário trabalham contra a redução do gigantismo do Estado; na visão dele, independentemente de quem vença as eleições para Câmara e Senado, o tema será discutido no Congresso

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Salim Mattar, ex-secretário de privatizações

BRASÍLIA - O empresário Salim Mattar, que deixou o cargo de secretário responsável pela condução das privatizações no Ministério da Economia, diz que a saída de Wilson Ferreira Júnior da Eletrobrás é mais uma amostra de que o establishment (Executivo, Legislativo e Judiciário) trabalha contra a redução do “gigantismo” do Estado. Na visão dele, a sociedade está “consternada” com a não privatização da Eletrobrás, o que vai obrigar que o tema seja discutido no Congresso, independentemente de quem vencer as eleições para os comandos do Senado e da Câmara. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/1/1611629250915.jpg>

Legislativo pode privatizar, tem projeto lá, diz Mattar sobre Eletrobrás. Foto: Gabriela Biló/Estadão

Como o sr. avalia a saída do presidente da Eletrobrás?

O Wilson (Ferreira Júnior) é um profissional muito competente e tinha como objetivo em sua carreira profissional conduzir o processo de capitalização da Eletrobrás que seria a sua respectiva privatização. Ele trabalhou duro durante todo esse tempo. E existia, sim, no passado, uma

perspectiva. Da mesma forma, quando eu vi que o processo de privatização estava fora do radar do governo, Legislativo e Judiciário, eu preferi deixar o governo. O que aconteceu com o Wilson é a mesma coisa. Ele pressentiu tendo em vista a declaração do Pacheco (candidato apoiado pelo Palácio do Planalto ao comando do Senado, Rodrigo Pacheco disse ao Estadão/Broadcast que a privatização da Eletrobrás não é prioridade caso seja eleito) que não acontecerá a privatização da Eletrobrás. Mas não pode culpar o Executivo pela não privatização. A privatização está nas mãos e depende da caneta do Congresso.

Por que depende só do Congresso já que há autoridades no Executivo que não querem apoiar a privatização?

Tem um projeto de lei caminhando no Congresso. Se ele caminhar e privatizar, o Executivo não pode fazer nada. Está na mão do Congresso. A responsabilidade de privatização da Eletrobrás é única e exclusiva do Congresso.

De que forma a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado prejudica a privatização da Eletrobrás?

Neste momento em que está acontecendo eleições, objetivando maioria de votos, buscaram o apoio da esquerda. E falando em política, claro que há uma contrapartida. Dizem que uma das contrapartidas seria a não realização de privatizações. Comenta-se muito no mercado, mas não posso afirmar que seja verdade. A responsabilidade de privatizar ou não é única e exclusiva do Congresso.

O presidente Bolsonaro que está apoiando o Pacheco não tem responsabilidade também sobre a decisão?

Aí, não sei o que eles combinaram. É uma coisa que não posso afirmar. Mas reafirmo que a responsabilidade de privatizar ou não é do Congresso. O establishment não quer privatizações. Tudo é motivo para não privatizar. E establishment, vamos deixar bem claro, que é o Executivo, Legislativo e Judiciário, mais os oportunistas de momento. Podem ser sindicatos, pode ser imprensa, falsos empresários atrás de CNPJ. O modus pensante de 35 anos de social democracia é manter o Estado grande, gigantesco. Onde já se viu o Estado entrar em meios de produção, fornecendo energia elétrica, produzir pólvora. É um atraso total.

A pauta liberal do governo fica enfraquecida já que as privatizações são ponto central nessa agenda? O establishment se assustou com a pauta liberal. Lenta e gradualmente foram se opondo à pauta liberal.

Essa pauta acabou no governo Bolsonaro?

Não, ela ainda existe na cabeça do ministro Paulo Guedes. Existe, sim, a possibilidade (de avançar). Existem congressistas que são mais cuidadosos com a causa pública e entendem que alguns projetos têm que passar para resolver os problemas do País. A pauta liberal como um todo, não morreu. Muitos congressistas sabem da importância, por exemplo, da reforma administrativa (propõe reformular o RH do Estado, com novas regras para contratação, promoção e demissão de servidores públicos). O establishment trabalhou muito bem e ficou uma reforma muito fraca porque muitas

coisas como estabilidade de emprego e redução de remuneração só daqui a 35 anos que vai funcionar. O establishment conseguiu se salvar e a sociedade brasileira precisa saber disso.

O ministro Paulo Guedes não conseguiu passar o espírito liberal para o resto do governo e o Congresso?

Na hora que ele vai passar o espírito disso, como a privatização da Eletrobrás, quantas vezes o ministro Guedes foi ao Congresso falar da privatização da empresa? Quantas vezes? Não adiantou. Muitas vezes não querem ouvir. Os interesses ideológicos e partidários pessoais são superiores ao projeto Brasil.

Qual a recomendação que o sr. daria para o ministro Guedes?

Ele está prestando um favor ao Brasil enquanto está lá. Pode estar certo que a gente não sabe o quanto de coisas erradas que ele não permitiu que fizessem. Às vezes ele está sendo julgado por algumas coisas, é difícil fazer esse julgamento. Eu quero lembrar do Mario Henrique Simonsen (ministro da Fazenda durante o governo de Ernesto Geisel, na ditadura, entre 1974 e 1979), quando perguntaram: 'você abriu a tal Brás, Brás, Brás' e ele falou: 'não me julguem pelo que eu fiz, mas também pelo que eu não deixei que fizessem'. Talvez o Paulo Guedes está nesse momento fazendo um trabalho para não deixar acontecer outras coisas que nós não temos conhecimento.

Sem privatização, qual é o destino da Eletrobrás?

Eu acredito ainda que o Congresso, passando as eleições, haverá uma sensatez e a sociedade civil está consternada com essa não privatização da Eletrobrás. Se os congressistas representam de fato a sociedade, eles devem privatizar a Eletrobrás. Fiquei muito preocupado com a saída do Wilson. Ele era resiliente, obstinado, determinado em relação à privatização. Privatizar a Eletrobrás é bom para o Brasil, reduzir o gigantismo do Estado.

Mas onde você vê a sociedade preocupada com a privatização da Eletrobrás? A população não está preocupada com a vacina contra a covid-19?

Neste momento, a vacina muito nebulosa tampou muito assunto, tampou corrupção, privatização da Eletrobrás. Graças à mídia brasileira temos hoje a manchete diária do sobre vacinas. Nenhum país do mundo tem a vacina tão bem explicitada nas primeiras páginas nos primeiros jornais. O Brasil é campeão mundial de exposição sobre vacinas. Nós politizamos a vacina. E isso foi politizado para prejudicar alguns grupos e favorecer outros.

Não é porque o Brasil ficou para trás na busca pelas vacinas?

Não, tudo é motivo para politizar.

Quais as empresas têm chance de privatização?

O quadro hoje é bastante nebuloso. Por isso, temos que esperar os novos presidentes do Senado e da Câmara. Da mesma forma que o político quando vai em campanha, faz promessas e obtém votos e depois não cumpre. Esse é o histórico de políticos no Brasil. Durante a campanha, promete. Eleito, não cumpre.

Vai acontecer isso de novo?

Eu acho que no caso da Câmara e do Senado existe uma promessa dos candidatos de não privatizar. Depois que eles forem eleitos, com a pressão da sociedade, esse assunto vai acabar em pauta. Não morreu a pauta de privatizações. O Paulo Guedes continua lutando bravamente para emplacar algumas das pautas liberais.

Mas se, como o sr. diz, o establishment não aceita...

Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 26/01/2021

VALOR ECONÔMICO (SP)

CONSUMO DA ENERGISA CRESCE 5,4% EM DEZEMBRO, NA COMPARAÇÃO ANUAL

O número inclui o consumo no mercado cativo e livre

Por Rita Azevedo, Valor — São Paulo



[https://s2.glbimg.com/GLMvXpgDFaIYJhpli-2EY0w2m0Q=/0x0:558x396/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/S/z/HAPdT5QLGkqTJen8XrZg/energisa-reprodu-o-facebook.png](https://s2.glbimg.com/GLMvXpgDFaIYJhpli-2EY0w2m0Q=/0x0:558x396/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/S/z/HAPdT5QLGkqTJen8XrZg/energisa-reprodu-o-facebook.png)

— Foto: Reprodução / Facebook

O consumo consolidado de energia da Energisa cresceu 5,4% em dezembro de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019. O número inclui o consumo no mercado cativo e livre.

O grupo rural foi o que apresentou o maior crescimento no período, de 12,9%, beneficiado pela demanda por produtos agropecuários nos mercados interno e externo. No grupo residencial, com o clima e as restrições impostas pela pandemia tendo efeito positivo, o avanço foi de 12,5%.

No grupo industrial que, segundo a Energisa, “tem se recuperado com intensidade acima do esperado”, o consumo aumentou 7%. No comercial, por outro lado, houve queda de 2,2%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 26/01/2021

APÓS NEGÓCIO COM BP, ECB ACERTA VENDA DE DIESEL “VERDE” À SHELL

Contrato prevê fornecimento de mais de 500 milhões de litros por ano a partir de 2024

Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo

A companhia brasileira ECB Group, do empresário Erasmo Carlos Battistella, fechou um contrato com a Shell de fornecimento de diesel e querosene “verdes”. O acordo prevê o fornecimento de mais de 500 milhões de litros por ano a partir de 2024, ano em que a planta responsável pela produção - a Omega Green, no Paraguai - a Omega Green deve entrar em operação.

Este é o segundo acordo que a ECB fecha neste ano para a venda dos combustíveis renováveis, e já representa o maior acordo de fornecimento firmado pela companhia. O primeiro, com a petroleira britânica BP, envolveu a negociação de 1 bilhão de litros por cinco anos.

A planta que fornecerá o diesel renovável (HVO) e o querosene de aviação renovável (SPK) a partir do processamento de soja terá capacidade de produzir 20 mil barris por dia. A unidade também produzirá biocombustível de aviação SAF e nafta verde.

“Estamos muito satisfeitos por ter a Shell como nosso maior offtaker individual”, disse Battistella, fundador e CEO do ECB Group, em nota. Segundo o empresário, o acordo “posiciona a biorrefinaria Omega Green de última geração como um grande produtor para atender a uma demanda crescente por combustíveis de baixo carbono”.

Também em nota, o executivo Odeh Khoury, vice-presidente da Shell para Comércio de Produtos e Abastecimento nas Américas, disse que, “ao combinar as capacidades de produção do ECB e a

presença regional com a experiência de comércio global de biocombustíveis da Shell, somos capazes de trazer um volume significativo de combustíveis renováveis para o mercado global”.

A expectativa do ECB Group é de que as assinaturas de compromissos de fornecimento de HVO e SPK não apenas viabilizem financeiramente o investimento como atraiam sócios para a empreitada, pioneira no Hemisfério Sul.

Segundo o grupo, para o projeto da biorrefinaria Omega Green foram contratadas a companhia Honeywell UOP, proprietária de uma tecnologia de refino de combustível renovável; a americana Crown Iron Works, que fornece sistemas e tecnologias de processamento e pré-tratamento de matéria-prima; e o grupo Acciona, de engenharia e construção.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 26/01/2021

ALEMANHA: CONFIANÇA DE EXPORTADORES SOBE DE 1,9 PARA 6,0 PONTOS EM JANEIRO

Melhora reflete maior clareza sobre Brexit, novo governo nos EUA, indústria mais robusta e início de vacinação, avalia Instituto Ifo

Por Dow Jones Newswires — Nova York

A confiança entre os exportadores alemães melhorou consideravelmente em janeiro, segundo o Instituto Ifo. As expectativas de exportação do Ifo para o índice de manufatura subiram de 1,9 pontos em dezembro para 6,0 pontos em janeiro.

"Clareza sobre o Brexit e a [nova] Presidência dos EUA, uma economia industrial robusta e o início das campanhas de vacinação em todo o mundo levaram a um otimismo cauteloso no setor de exportação alemão", disse Clemens Fuest, presidente do Instituto Ifo.



[https://s2.glbimg.com/G0BzS18Uead1BbGqqmgJUkyfpAs=/0x0:1024x694/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/v/g/u78gyrSNOsBgLQPhFrZQ/ap19226272062172.jpg](https://s2.glbimg.com/G0BzS18Uead1BbGqqmgJUkyfpAs=/0x0:1024x694/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/v/g/u78gyrSNOsBgLQPhFrZQ/ap19226272062172.jpg)

— Foto: Martin Meissner / Associated Press

Os fabricantes de computadores e equipamentos elétricos e as empresas de engenharia mecânica e química esperam ver grandes aumentos nas exportações.

Os fabricantes de alimentos e bebidas presumem que seus negócios de exportação permanecerão estáveis. A indústria de roupas da Alemanha e os fabricantes de móveis esperam que suas vendas internacionais diminuam, segundo o Ifo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 26/01/2021



AGÊNCIA SENADO - DF

ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DO CONGRESSO SERÁ DIA 3 DE FEVEREIRO

Da Redação

O início dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional foi convocado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para o dia 3 de fevereiro. A sessão de abertura está marcada para as 16h.

"A solenidade é quando o Executivo e o Judiciário prestam contas das suas atividades, e será conduzida pelas novas Mesas das duas Casas, a serem eleitas no dia 1º de fevereiro", destacou Davi Alcolumbre em publicação na internet.

Também já foi confirmada a data da reunião preparatória para a eleição da Mesa do Senado, na próxima segunda-feira (1º), às 14h. O presidente do Senado declarou que a Casa está preparada com todas as medidas de segurança contra a covid-19.

A eleição para presidência do Senado será presencial com votação por meio de cédulas em papel inseridas em envelope, conforme o Regimento Interno da Casa.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado - DF

Data : 26/01/2021



PORTO DE VITÓRIA- CODESA - AUTORIDADE PORTUÁRIA

APÓS TRÊS ANOS COM DÉFICIT, A COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO (CODESA) FECHA 2020 COM SUPERÁVIT.

Por Diogo Piloni - Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários



https://media-exp1.licdn.com/dms/image/C4D22AQHmcHv5b9Ftpg/fee_dshare-shrink_800/0/1611606929379?e=1614816000&v=beta&_fExvFkY0GGyOSfFeiqcCRgFmu87wt1-eCidhtDFB6QY

Fruto de trabalho árduo de executivos bem preparados e comprometidos com resultados! Continuamos buscando deixar a gestão de nossas empresas em outro patamar.

Após três anos com déficit, a Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) fecha 2020 com superávit. A empresa obteve seu maior lucro na série histórica: um recorde de R\$ 30 milhões, devido a implementação de medidas administrativas e operacionais adotadas desde meados do ano anterior. Até então, o melhor resultado havia sido contabilizado em 2014 quando a empresa lucrou R\$ 15,2 milhões.

Desde que a atual diretoria assumiu, a gestão adotou rigorosas medidas de saneamento como: corte de quase 30% com serviços terceiros; suspensão e renegociação de contratos; e, enxugamento no quadro funcional. "No ano de 2020, portanto, colhemos os frutos das decisões tomadas", disse o diretor-presidente da CODESA, Julio Castiglioni.

Fonte: Codesa Companhia Docas do Espírito Santo- ES

Data : 26/01/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DESMANTELAMENTO DE PLATAFORMAS NO BRASIL AINDA GERA INCERTEZAS

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 26 Janeiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161114-plataforma.jpg>

Arquivo/Divulgação

Presidente do EAS vê avanços na previsibilidade de demanda, mas ainda identifica insegurança jurídica quanto a questões tributárias para desmantelamento na costa brasileira.

A presidente do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), Nicole Terpins, afirmou, na última segunda-feira (25), que ainda existem incertezas em relação à demanda para serviços de desmantelamento de plataformas em instalações nacionais. Ela disse que o planejamento da Petrobras para os próximos cinco anos ajudou a dar previsibilidade do que deve acontecer nesse período, mas permanecem questões sobre quando e como será feito. O planejamento 2021-2025 da Petrobras prevê gastos de US\$ 4,6 bilhões em atividades de descomissionamento, envolvendo 18 unidades e 1.000 quilômetros de risers. Desse universo, 56% dos ativos estão na Bacia de Campos, 20% no Norte e Nordeste e outros 17% no Espírito Santo.

O EAS considera positiva a aprovação e análise de novos planos de descomissionamento de instalação (PDIs) pela ANP, porém persiste incerteza sobre quando essa demanda se materializará, o que dificulta a realização de investimentos pela indústria nacional. "Temos investido para preparar o estaleiro, mas ainda não com o vigor que gostaríamos e que não seria possível se tivéssemos visibilidade ainda melhor em relação a essa demanda", avaliou Nicole durante o webinar Descomissionamento offshore no Brasil: Oportunidades, desafios e soluções, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na ocasião, ela explicou que, se as plataformas fixas não forem agrupadas, haverá competitividade por conta do alto custo de descomissionamento, que acaba encarecendo o projeto como um todo e retirando competitividade das empresas que trabalham na parte offshore e na onshore, como os estaleiros. "A indústria nacional está bem posicionada para desmantelar no Brasil. Não vemos motivos para que estruturas não sejam trazidas para o estaleiro", afirmou Nicole.

A presidente do EAS salientou que, para FPSOs, existem questões gerando insegurança relacionadas ao tratamento tributário pelas autoridades fiscais. A maior parte das plataformas entrou pelo regime especial do Repetro, que estabelece o tratamento específico de baixa, por meio da destruição do bem. "Ainda temos visto que há certa preferência dos operadores por desmantelar lá fora. Uma frustração grande porque os FPSOs são a coqueluche desse mercado", analisou. Ela observa oportunidades para remoção do coral-sol e tratamento dos resíduos radioativos (NORM's).

O gerente de descomissionamento da Petrobras, Eduardo Zacaron, disse que grande parte das atividades de descomissionamento já são feitas ao longo da vida do campo de produção. Ele acredita que a cadeia de fornecedores do país já está estruturada para atender grande parte dos serviços, desde a limpeza de tanques, de linhas e de sistemas submarinos a reforços estruturais e tamponamento de poços. "Há diversas atividades que certamente conhecemos tecnicamente muito bem e o mercado está tecnicamente capaz de fornecer serviços", afirmou, durante o webinar.

Segundo Zacaron, atividades de desativação e tamponamento de poços são muito dominadas pela indústria no Brasil e possuem regulação específica. Já as atividades mais complexas, segundo o gerente de descomissionamento, estão relacionadas à destinação de plataformas fixas e flutuantes. Ele acrescentou que o portfólio da Petrobras hoje está focado para águas ultraprofundas e que a companhia busca oportunidades de reaproveitamento dos ativos maduros de produção. Na avaliação da Petrobras, a extensão de produção e a redução de custos de projetos abrem um mercado promissor e atrativo para players interessados na venda de plataformas. Zacaron apontou a

necessidade de a indústria ir em busca de mais segurança jurídica para trazer as unidades para o desmantelamento na costa brasileira.

O diretor executivo de relacionamento institucional e sustentabilidade da Petrobras, Roberto Ardenghy, disse que a indústria chegou num momento de maturidade para o desmantelamento de unidades offshore, bem como ocorreu no Mar do Norte e em outros mercados. Das 18 plataformas da Petrobras com previsão de descomissionamento até 2025, 10 estão associadas a projetos de revitalização de campos e extensão da vida útil dos projetos. A Petrobras entende que há necessidade de avaliação do descomissionamento caso a caso, com cada projeto seguindo uma lógica ambiental própria. Ardenghy defendeu que os órgãos ambientais precisam analisar vantagens e desvantagens da remoção. "Muitas vezes a não remoção de sistemas submarinos ainda é a melhor alternativa, inclusive do ponto de vista ambiental", disse Ardenghy durante o webinar.

O diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, lembrou que a maior parte desses recursos irá para as bacias de Campos e Santos, mas haverá também oportunidades em praticamente todas as regiões do país, como destaque para as bacias Potiguar, Sergipe-Alagoas, Solimões e Amazonas. "Há toda uma indústria voltada para essa atividade, desde o projeto preliminar de engenharia até os estaleiros, com a geração de emprego e renda ao longo de toda essa cadeia", afirmou Saboia. O superintendente de segurança operacional e meio ambiente da ANP, Raphael Moura, ressaltou que as oportunidades estão em todas as etapas do ciclo de vida das instalações. No mundo, existem gastos previstos da ordem de US\$ 85 bilhões em descomissionamento nesta década. No Brasil, esta indústria deverá movimentar R\$ 28 bilhões até 2025, entre arrasamento e abandono de poços, recuperação de áreas e retirada de equipamentos.

O webinar marcou o lançamento do Caderno Descomissionamento Offshore no Brasil – Oportunidades, Desafios & Soluções. A publicação foi organizada pela FGV e pela ANP, com participação da academia, reguladores e empresas, como a Coppe/UFRJ, CNEN, Petrobras, Shell, ABPIP, Abespetro e o Estaleiro Atlântico Sul. O documento traz um diagnóstico sobre a atividade de descomissionamento no Brasil, por meio das perspectivas de diferentes atores, e tem por finalidade abordar oportunidades, desafios e soluções, assim como esclarecer a sociedade sobre as possibilidades dessa atividade no país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/01/2021

MAIS DE 300 EMPRESAS ASSINAM A 'DECLARAÇÃO DE NETUNO' PARA FACILITAR A MUDANÇA DE TRIPULAÇÃO

Da Redação NAVEGAÇÃO 29 Novembro -0001



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200925-maritimo-imo-mulher.jpg>

Mais de 300 empresas líderes disseram nesta terça-feira (26) que trabalhariam juntas para ajudar centenas de milhares de marinheiros mercantes presos em navios por muitos meses devido à Covid-19. Cerca de 90% do comércio mundial é transportado por mar, e as restrições do coronavírus em muitas jurisdições estão afetando as cadeias de abastecimento.

Em dezembro, a Assembleia Geral da ONU instou todos os países a designar marítimos como trabalhadores-chave. No entanto, as tripulações dos navios ainda estão lutando para trocar de lugar com colegas em terra.

Autoridades da indústria marítima dizem que muitos marinheiros estão no limite e muitos estão no mar por mais de 11 meses.

As empresas, que incluem grupos de transporte como AP Moller Maersk, as mineradoras Anglo American e Rio Tinto, as principais petrolíferas BP e Royal Dutch Shell, bem como as empresas comerciais Cargill, Trafigura e Vitol, irão aumentar o compartilhamento de informações como signatários da "Declaração de Netuno".

Os signatários também aumentarão a colaboração entre os operadores de transporte marítimo e os fretadores para acelerar as mudanças de tripulação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/01/2021

HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES PLANEJA IPO PARA INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA VERDE

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 29 Novembro -0001



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180629-estaleiro-hyundai.jpg>

O estaleiro sul-coreano Hyundai Heavy Industries Co Ltd disse nesta terça-feira (26) que planeja uma oferta pública inicial (IPO) para levantar fundos para um investimento de 1 trilhão de won (US\$ 905 milhões) em cinco anos em tecnologia verde.

O Hyundai emitirá uma participação de cerca de 20% em novas ações, disse o construtor naval em um comunicado.

O dinheiro irá para o desenvolvimento e construção de navios e instalações verdes, avanço de tecnologias como propulsão bicompostível e veleiros autônomos, bem como para investimentos em empresas com tecnologias de células de combustível, disse.

O construtor naval é atualmente propriedade integral da Hyundai Heavy Industries Holdings Co Ltd.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/01/2021

MAN FORNECERÁ MOTORES PARA NOVAS CONSTRUÇÕES MOVIDAS A GNL DA HAPAG-LLOYD

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 29 Novembro -0001



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180205-hapag-loyd-santos-express-porta-conteiner.jpg>

O fabricante de motores MAN Energy Solutions ganhou um pedido para fornecer seis motores principais para navios de contêineres ultragrandes de 23.000 + TEUs da Hapag-Lloyd.

Os motores MAN B&W 11G95ME-GI Mk10.5 serão construídos na Coreia e oferecerão a opção de operar com GNL ou combustível convencional, atendendo aos padrões

de emissão Tier III por meio de Redução Catalítica Seletiva (SCR).

A entrega do primeiro motor está programada para maio de 2022. O estaleiro coreano Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering construirá os navios, com entrega prevista de abril a dezembro de 2023.



As novas construções serão implantadas nas rotas Europa-Extremo Oriente como parte da THE Alliance e aumentarão significativamente a competitividade da Hapag-Lloyd neste comércio. Os motores funcionarão com GNL, mas terão capacidade de tanque suficiente para operar alternativamente com combustível convencional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/01/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006